

SUMÁRIO

Diretrizes Gerais do Programa Socialista para Pernambuco	2
O PCB NAS ELEIÇÕES	2
A Construção do Poder Popular	4
A crise do sistema capitalista	5
Análise de conjuntura e relações de força em Pernambuco	6
EIXOS PROGRAMÁTICOS	7
CONSTRUIR A DEMOCRACIA DO PODER POPULAR	7
ECONOMIA, EMPREGO E TRABALHO	9
CULTURA POPULAR	14
QUESTÃO AMBIENTAL	19
REFORMA AGRÁRIA E SOBERANIA ALIMENTAR	22
DIREITO À CIDADE E À MORADIA DIGNA	23
TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	25
UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS	26
SAÚDE	27
ASSISTÊNCIA SOCIAL	31
EDUCAÇÃO	32
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	35
DIREITOS HUMANOS	37
SEGURANÇA PÚBLICA	39
POLÍTICA DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	43
COMBATER O RACISMO: EM DEFESA DOS POVOS QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	44
COMBATER O PATRIARCADO E SUPERAR AS DESIGUALDADES DE GÊNERO	46
DEFENDER A INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE	47
SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL	49
PROGRAMA LGBTQ+	50

Diretrizes Gerais do Programa Socialista para Pernambuco¹

A propaganda política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no estado de Pernambuco está balizado em três pontos fundamentais:

- 1) **CRÍTICA AO CAPITALISMO**, por meio da denúncia aos processos de privatizações dos serviços públicos, tais como: água e esgoto, luz, saneamento básico, coleta de lixo, transportes, etc, com destaque para a situação da saúde pública, apontando as políticas neoliberais como as principais responsáveis pelo quadro caótico trazido pela pandemia do Coronavírus. Na contrapartida das políticas liberais capitalistas, devemos propor a saúde pública, 100% estatal e universal, estatização dos transportes e demais serviços públicos, educação pública de qualidade para todos, etc. Contra a mercantilização de todos os aspectos do cotidiano, afirmar: **A VIDA ACIMA E ALÉM DOS LUCROS!**
- 2) **DEFESA DO PODER POPULAR**, expressa na organização da classe trabalhadora e dos setores populares nos locais de trabalho, estudo e moradia, organizando a luta pelos direitos sociais, em defesa do meio ambiente, contra o racismo, o machismo, a LGBTfobia e a violência contra os povos indígenas, por meio de comitês ou conselhos comunitários que se transformem em mecanismos reais de participação popular, para debater as condições de vida do povo trabalhador e apresentar soluções concretas, alternativas às medidas impostas pelos governos burgueses.
- 3) **PROPAGANDA DO SOCIALISMO**, apontando para a necessária superação do sistema capitalista — responsável pelas desigualdades sociais, fome, miséria e desemprego — no rumo da construção da sociedade que dê fim à exploração do homem pelo homem, que promova a solidariedade e fraternidade entre os povos de todo o mundo, posicionando-se de forma firme contra os ataques do imperialismo, em especial na América Latina, a Cuba Socialista e a Revolução Bolivariana na Venezuela. Uma propaganda que seja capaz de apresentar como perspectiva a formação da nova sociedade, marcada pela garantia plena do emprego, da moradia, da saúde, educação, transportes e serviços públicos de qualidade ao conjunto da classe trabalhadora e das camadas populares.

O PCB NAS ELEIÇÕES

O PCB se coloca nesse processo eleitoral não por ter qualquer ilusão com a democracia burguesa, mas por não se ausentar dessa arena de luta, mesmo sabendo claramente que ela não nos privilegia, pois o que pode trazer mudanças reais para o Brasil é o povo organizado e atuante na luta cotidiana. Nossos inimigos se apresentam na particularidade do domínio e controle privado do espaço público, são os empresários do transporte coletivo, da

especulação imobiliária, o empresariado industrial, os patrões, os banqueiros e rentistas, os que buscam privatizar a água e transformar os serviços e direitos em mercadoria, todos que se enriquecem à custa do trabalho alheio.

É preciso deixar claro que nós do PCB entendemos que participar dessas eleições é uma das formas de luta pelo controle do poder político por parte da classe trabalhadora. Mesmo sob condições adversas, compreendemos que as eleições são um momento importante na vida política do país. Um momento em que os partidos e forças políticas podem apresentar-se diretamente, levando sua visão e sua avaliação quanto às condições de vida dos trabalhadores, seu entendimento quanto às causas profundas dos problemas que afligem a maioria da população e, principalmente, suas propostas para a construção de uma nova sociedade. As eleições são um momento de disputa política pelo Poder, que contribui para a formação da consciência política do conjunto dos trabalhadores e pode ser utilizada para propagandear as reivindicações das massas populares e impulsionar sua organização independente. É patente a necessidade de os(as) trabalhadores(as) construírem seus próprios marcos legais, um novo Poder, o PODER POPULAR; no entanto, tal tarefa não se realiza da noite para o dia, nem está limitada à institucionalidade.

Faz-se necessário ampliar o grau de organização da Classe, elevar nossa capacidade de mobilização. Neste sentido, é necessário utilizar todas as brechas, todas as trincheiras, não negar forma de luta para realização desta tarefa. Todos os espaços precisam ser preenchidos pela insatisfação e pela vontade de edificar o novo. As reivindicações dos trabalhadores precisam alcançar a propaganda eleitoral, seja na internet, nas brechas da mídia burguesa, quebrando os entraves dessa grande mídia servil aos interesses dominantes. É preciso chamar o voto contra o sistema, utilizando qualquer espaço e tempo que se abra na televisão, internet, jornais, debates públicos, fazendo propaganda e denunciando aqueles que atacam os direitos da classe trabalhadora.

Estamos conscientes que as eleições não resolverão os problemas da classe trabalhadora, mas compreendemos que este momento nos oferece importantes instrumentos para elevar o grau de consciência e organização popular. É preciso denunciar as barreiras jurídicas e políticas da classe dominante, é preciso fazer o chamamento para a construção do PODER POPULAR. Abdicar desta luta ou esvaziar qualquer outra trincheira é fazer o jogo da desmobilização que só interessa a aqueles que nos dominam e exploram.

Em particular nessa eleição de 2022, em que trabalhadores e trabalhadoras sofrem os efeitos do Projeto do Golpe, do Governo Bolsonaro/Mourão e seus aliados, do descaso do Estado em meio à Pandemia do Coronavírus, da convivência e aceitação por parte dos partidos da social democracia de medidas como reformas da previdência estaduais, congelamento de salários e a suspensão de concursos públicos. A classe trabalhadora enfrenta a criminalização das lutas sociais e também a desmobilização e apassivamento gerado por anos de assimilação à ordem de grande parcela dos dirigentes sindicais, de movimentos populares e partidários burocratizados oriundos da esquerda, momento onde as principais representações políticas da

socialdemocracia mostram-se adaptadas à ordem dominante, a Campanha Movimento do PCB aponta para a construção de um bloco político contra hegemônico de partidos, organizações políticas e movimentos populares –, cuja força estará ligada à capacidade de a classe trabalhadora entrar em cena novamente com independência e autonomia histórica, bem como à iniciativa das vanguardas que resistiram à acomodação e mantiveram-se em luta contra a ofensiva do capital monopolista.

Devemos combater este processo no qual se estabelece um poderoso domínio capitalista nas comunicações, na informação e na organização da cultura, responsável por fortalecer a dominação ideológica burguesa em nosso país. Para o PCB, a disputa eleitoral se insere taticamente na luta pela superação revolucionária do capitalismo e pela construção do Socialismo. A ação eleitoral se soma às manifestações de dissidência contra a ordem e na defesa das conquistas e direitos dos trabalhadores.

A classe dominante constrói a visão da qual o seu interesse é transposto como necessidade de toda uma sociedade, isto é, compõe o que hoje largamente se difunde como “Público”, e a ilusão de que o Estado representa o interesse de “todos os brasileiros”. O PCB se apresenta nas eleições de 2022 para demonstrar que os interesses do trabalhador não são os mesmos que os do Empresariado que faz de Pernambuco um local de exploração e apropriação privada do espaço.

Devemos lutar por uma nova forma de organização social compatível com as demandas da classe trabalhadora. Em outras palavras: construir um Novo Poder. Atualmente, na luta pelo Poder, a contradição fundamental existente no seio da sociedade brasileira se dá entre Capital e Trabalho, o poder dos exploradores e o Poder Popular. A ilusão social democrata, por meio da qual se apresenta um projeto de transformação da sociedade meramente através dos mecanismos institucionais, fundamenta-se no equívoco de isolar o aparato estatal de seu contexto social, considerando ser possível haver a autonomia do nível político em relação ao conjunto das relações de produção, desconsiderando o seu caráter de classe.

Nesse aspecto a formulação e consolidação do PODER POPULAR são de fundamental importância para o conjunto dos trabalhadores, e a eleição de 2022 deve ser entendida como um importante momento para estabelecer contato, debater e impulsionar iniciativas que caminhem para essa construção. Os comunistas apresentam um Programa Socialista para o estado, um programa que aborda áreas específicas para potencializar a Campanha Movimento do PCB 2022 em todas as suas esferas, abrindo diálogos com trabalhadores e trabalhadoras, movimentos populares, sindicatos, intelectuais e estudantes de diversas áreas. Nessas eleições a classe trabalhadora precisa ter opção em seus estados e poder votar e participar da campanha do PCB, a campanha que pertence aos que se indignam e se rebelam!

A Construção do Poder Popular

O PCB tem como eixo estruturante de sua proposta a construção do Poder Popular, que visa alterar a atual lógica política de mera representação buscando formas de democracia direta, que quebrem o poder das classes dominantes estaduais e a centralização burocrática da política. Neste sentido, entendemos que a vontade coletiva dos trabalhadores e do conjunto da população deve predominar sobre os interesses das frações da classe dominante. Uma administração pública na ótica comunista deve levar em questão não só a socialização da política, mas também a socialização do poder, pois, entendemos que no atual quadro da democracia brasileira, a vontade coletiva da maioria da população está obstaculizada pela atual forma do sistema político representativo, que é definido em última instância pelo poder econômico dominante.

Por isso a construção do Poder Popular não passa por nenhuma ilusão reformista de cunho social democrata. Entendemos que as transformações estruturais se darão com rupturas revolucionárias e não com um conjunto de reformas no interior da ordem. As eleições são para os comunistas um momento de promover a conscientização política através da agitação e da propaganda do ideário socialista e comunista, fazendo com que os trabalhadores e a juventude trabalhadora e pobre se atentem para a importância da participação direta destes no processo de tomada de decisão.

A crise do sistema capitalista

O PCB compreende que a atual crise social, econômica e sanitária é uma expressão da decadência do sistema capitalista e de suas mazelas. O dismantelamento de direitos sociais, aumento da exploração e a intensificação de um modo de produção que visa apenas obter maiores lucros e rentabilidade para os capitais, mercantiliza e descarta vidas humanas, em especial dos trabalhadores. A atual crise traz consequências trágicas para a classe trabalhadora.

É urgente a revogação da emenda constitucional 95 que congela os gastos públicos. Se o Estado continuar sucateando os serviços públicos de saúde, educação, cultura, saneamento básico e destruindo os direitos dos trabalhadores com reformas trabalhistas, previdenciárias e administrativas, não haverá medida paliativa que resolva.

Nestas eleições de 2022, o PCB apresenta sua PLATAFORMA COMUNISTA com um Programa Socialista para uma governança comunista. O momento eleitoral é propício para que o debate político se dê em torno das questões programáticas e do seu conteúdo histórico e ideológico, superando duas tendências equivocadas: a tentativa de conduzir a luta por caminhos reformistas ou pelo pragmatismo oportunista e o abstencionismo, o economicismo e o esquerdismo.

Nestas eleições trata-se de promover uma grande propaganda e mobilização em favor da mudança radical na orientação do desenvolvimento econômico e social do país e dos estados, que deve ser pensado a partir das necessidades dos trabalhadores, das trabalhadoras e das

camadas populares, as maiores vítimas das formas brutais de exploração do trabalho e do crescimento urbano desordenado imposto pela ordem capitalista. Este quadro é responsável pela queda vertiginosa da qualidade de vida, pelo aumento da violência e das doenças, pela desigualdade de acesso à educação, ao conhecimento e à cultura, pela destruição do meio ambiente.

Por isso, lutamos por um modelo econômico que socialize a riqueza apropriada privadamente pelos capitalistas, latifundiários e especuladores, para as classes trabalhadoras. O orçamento público deve ser pensado, na lógica do interesse das classes populares, com vistas a impulsionar esse processo de socialização da riqueza socialmente produzida. De um lado, taxando pesadamente o capital e combatendo a sonegação. De outro, investindo prioritariamente nas áreas sociais: educação, saúde, cultura, assistência social, reforma urbana e agrária, preservação ambiental, agricultura familiar e economia solidária. Radicalizar a reforma urbana para além do atual Estatuto da Cidade é buscar recuperar a justiça social nas cidades, com moradia digna, educação, saúde, saneamento básico, transporte, cultura, lazer, ou seja, serviços sociais públicos com qualidade. São direitos da classe trabalhadora e como tal devem ser universalizados através do Estado. O controle democrático radical das políticas públicas se dará por meio da construção do Poder Popular, para promover a verdadeira revolução no parlamento e na administração pública estadual, retirando o caráter de mercado dos serviços sociais e garantindo a sua universalização como direitos.

Revolucionar a educação e a cultura é construir um sistema educacional que rompa com a reprodução da ideologia dominante e a desigualdade de acesso ao conhecimento, à cultura e à arte, promovendo a escola pública integral e humanista, capaz de romper com a mercantilização da formação e da educação hoje vigente. Os enormes ganhos que a escola privada hoje obtém devem ser taxados para financiar a expansão da rede pública, contribuindo para o combate à lógica da reprodução capitalista que reserva à escola pública a formação para o trabalho assalariado.

Nós defendemos a mais ampla unidade de ação com todos que queiram lutar pelas reivindicações e não aceitam o caminho da entrega de direitos da classe trabalhadora. Defendemos a luta coordenada entre sindicatos, associações de moradores, pela construção de movimentos e fóruns de luta comum por reivindicações concretas. Defendemos a democracia nos sindicatos e em todas as organizações dos trabalhadores, defendemos a autonomia e a completa independência das entidades dos trabalhadores do governo, do Estado e dos patrões.

Somente com a mobilização dos trabalhadores e a participação popular organizada será possível realizar os objetivos gerais do Programa Socialista do PCB para Pernambuco.

Análise de conjuntura e relações de força em Pernambuco

Pernambuco enfrenta uma situação difícil com relação ao emprego. Segundo dados do PNAD do 3º trimestre de 2021, Pernambuco conta com uma força de trabalho de 4.180.000 pessoas,

porém 806 mil (19,3%) procuraram e não conseguiram emprego (IBGE, 2021). Segundo a mesma pesquisa, se por um lado a taxa de desemprego reduziu em relação ao 2º trimestre (21,8%), isso se deveu ao aumento de trabalhadores sem carteira assinada no setor privado (trabalho informal). Os direitos trabalhistas sofreram sucessivos ataques durante o governo Temer e continuaram sendo atacados com mais determinação no governo Bolsonaro-Mourão, sem uma defesa ativa por parte do governo de Pernambuco, sob 16 anos de gestão pelo PSB.

Somado a isso, a situação da Saúde no estado também é desanimadora. A pandemia da Covid-19 mostrou as fragilidades das medidas tomadas pela Secretaria da Saúde, que não conseguiu implementar medidas efetivas de conscientização e proteção da população, o que resultou, até o dia 18 de Fevereiro de 2022, em 20.905 mortos (SECRETARIA DE SAÚDE-PE, 2022). A falta de políticas públicas para os profissionais de saúde contribuiu para a sub valorização desses trabalhadores, que ficaram na linha de frente no combate à pandemia desde o começo dos casos no estado.

Na Educação, o estado enfrenta desafios em todas as frentes, potencializados pela pandemia. No ensino fundamental, já há um déficit na alfabetização de crianças, visto que, em 2021, de 1,3 milhão de crianças no ensino fundamental, 985.400 crianças (75,8%) do 2º ano tiveram dificuldade em ler e compreender textos simples (AZEVEDO, 2022). No ensino médio, a pandemia evidenciou ainda mais a desigualdade de condições no preparo para o ingresso nas faculdades e universidades. O governo de Pernambuco procurou garantir as aulas remotamente, por meio de aulas na Internet, porém a qualidade da transmissão varia de região para região, privilegiando aquelas que possuem melhor infraestrutura. Essa desigualdade desanimou muitos alunos e alunas, com índices altos de evasão escolar. No ensino superior, há uma ausência de auxílios para os estudantes de outras regiões do estado para se manterem estudando nas universidades, o que torna a situação insustentável em muitos casos e, consequentemente, a opção pela evasão se torna cada vez mais frequente.

No lado da pedagogia, há uma carência de políticas de valorização dos professores e das professoras, que se reflete na falta de reajustes salariais da categoria, e planos efetivos para assegurar a saúde desses profissionais durante a pandemia, visto que o governo do PSB decretou a volta das aulas presenciais no ensino público.

Na questão da produção científica e tecnológica, Pernambuco também está aquém da média nacional, pois a falta de compromisso por parte do aparato institucional local de fomentar e proporcionar uma infraestrutura de inovação no estado teve como consequência que as faculdades privadas, as universidades e as demais instituições de ensino superior no estado ainda não formam a quantidade necessária de pessoas nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharias, Matemática e Computação (STEM+C, na sigla em inglês) (SECTI, 2017).

EIXOS PROGRAMÁTICOS

1. CONSTRUIR A DEMOCRACIA DO PODER POPULAR

O poder no Brasil esteve sempre nas mãos das classes dominantes, não havendo espaço para a intervenção direta da população. O modelo brasileiro, historicamente elitista, excludente e concentrador de renda, não permite que o povo exerça seu direito legítimo de decidir sobre os destinos do país, restringindo sua participação ao exercício do voto num sistema eleitoral que privilegia apenas os ricos, em uma verdadeira ditadura estrutural da classe capitalista, resultante do fato que os donos do poder econômico possuem as ferramentas para serem também os donos do poder político.

As instituições existentes que sugerem uma participação popular, a exemplo dos diversos tipos de conselhos, dos orçamentos participativos e mesmo as experiências dos governos petistas de conferências políticas nacionais envolvendo os movimentos sociais organizados, apenas simularam espaços democráticos de participação do povo, sem que os principais temas do poder político (como a política econômica) pudessem ser tratados.

O chamado Orçamento Participativo, que não chegava sequer a 2% do orçamento público, era centralizado na figura do prefeito e do governador e restringe a discussão para obras de infraestrutura urbana. Não são discutidas as políticas públicas mais importantes e que interessam diretamente a população, tais como a mobilidade urbana, a saúde, a educação, a criança em situação de rua, a segurança, enfim, não se discute a cidade. Além disso, ele foi instituído também para enfraquecer as Associações de Moradores, uma vez que os delegados são escolhidos por apenas 10 votos, favorecendo o tráfico de influência dos políticos e de seus cabos eleitorais descompromissados com os reais problemas da população. Assim, o que no início pareceu ser um espaço de participação democrática, transformou-se num grande balcão de negócios.

Já os diversos conselhos de direitos existentes, como os da educação, assistência social, criança e adolescente, entre outros, os governos detêm metade da participação. Mesmo os conselhos da saúde e do emprego e renda que, segundo a Constituição de 1988, devem ser tripartites (governo, empresários e trabalhadores), a desproporção da representação é absurda, pois os trabalhadores que somam mais de 95% da população economicamente ativa tem o mesmo peso que a ínfima minoria de empresários e representantes governamentais. Ou seja, quem decide, de fato, são os empresários e o governo. A participação popular aparece apenas para encobrir a manobra vertical e autoritária.

Outro exemplo foi o tal Conselho de Desenvolvimento Sustentável, criado pelo governador Eduardo Campos, com a ideia de discutir com os setores sociais e produtivos das diversas regiões do estado o Plano Plurianual. O processo ficou apenas na intenção, pois não houve acompanhamento nem monitoramento da população. Utilizando sua tradicional política tecnicista, o governo elaborou e aplicou tal plano de cima para baixo, sem ouvir o povo. A proposta do governo federal para criação de um novo tipo de Conselho, o PNPS, segue na mesma direção. Será o governo que escolherá seus componentes e os temas a serem discutidos. Novamente a população será usada para dar um falso verniz democrático à iniciativa.

O PCB defende a criação de Conselhos Populares com novo formato, que propicie a criação de mecanismos sociais que permita a população ocupar efetivamente seu espaço nas decisões sobre os rumos do país, dos estados, das regiões, das cidades e das suas comunidades e devem ser constituídos para dar unidade a diversidade das lutas sociais, sindicais e outras formas de organização popular.

A premissa fundamental é que os governos forneçam formação e informação ampla e transparente sobre como funciona o Estado e suas instituições, através da criação de espaços públicos em que todos os dados financeiros e administrativos do governo sejam disponibilizados para todo o povo. O formato destes Conselhos, as formas de escolha de seus representantes e as regras de participação serão resultado de um amplo debate com a população, que definirá o modelo a ser empreendido.

Estes Conselhos serão estabelecidos em dois níveis, os Conselhos Gerais, destinados a definir e acompanhar as grandes políticas públicas, e os Conselhos Setoriais, que irão abranger temas específicos, como: meio ambiente, segurança, saúde, educação, assistência social, mulheres, etnias, idosos, pessoas com deficiência, etc.

Os Conselhos terão como princípio basilar a proporcionalidade das classes na sua composição, obedecendo aos percentuais de participação de cada segmento envolvido. Só assim estará garantida a participação majoritária do povo sob a hegemonia dos trabalhadores, tornando possível a efetiva construção de um Poder Popular no Brasil.

Propostas:

1. Construir órgãos de poder proletário e popular que, atuando na forma de conselhos autônomos da classe trabalhadora, para que exerçam o processo de gestão e deliberação sobre os assuntos que dizem respeito diretamente às massas populares, além de ações diretas para solucioná-los;
2. Organizar formas de abastecimento e controle popular de distribuição dos bens essenciais à vida, desenvolver uma solidariedade ativa entre as categorias e setores sociais, fomentar interesses comuns e a necessidade de uma nova forma de organização da produção social da vida para além do mercado e da lógica do capital. E ainda: organizar a cultura proletária e popular, com acesso e produção universal de bens culturais, formação política, conhecimento da história, do funcionamento da sociedade e da luta internacional dos trabalhadores, para além da formação técnica e profissional;
3. Intervir de forma organizada nestes espaços, promovendo sempre a denúncia da ação do capital em todas as esferas da sociedade e da vida e apontando para a solução radical dos problemas vividos pelos trabalhadores, fomentando sua auto-organização.

2. ECONOMIA, EMPREGO E TRABALHO

Na lógica perversa do capitalismo, crescimento econômico é sinônimo de prosperidade e deve ser instituído a qualquer custo. O resultado, como demonstra a história, é o aumento da concentração de renda, da riqueza e do poder político e a permanência de um desemprego estrutural.

O PCB defende o conceito de desenvolvimento econômico sustentável e não apenas crescimento, uma vez que as atividades econômicas devem levar em conta a sustentabilidade ambiental, a qualidade de vida e o incremento de iniciativas tecnológicas voltadas para a melhoria das condições de trabalho e de vida.

Em termos macroeconômicos, Pernambuco, assim como os demais estados da Federação, tem um baixo grau de resolução a nível local, historicamente dependendo de iniciativas no âmbito federal para o seu desenvolvimento, tais como o complexo de Suape, em Ipojuca, e a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS), em Goiana. Apesar dessa realidade, é plenamente possível tomar iniciativas voltadas para o fortalecimento da economia pública segundo uma lógica anticapitalista.

A economia do estado é demasiadamente concentrada. Considerando os dados consolidados mais recentes, em 2019, os 10 municípios mais ricos respondiam por 66% do PIB do Estado, ao mesmo tempo que acolhiam 45% da população total. A promoção de uma redistribuição espacial da riqueza favorece uma melhor distribuição da própria população, muito concentrada na região metropolitana, o que permitiria um melhor enfrentamento da poluição e das graves dificuldades com o transporte urbano típicos das grandes metrópoles.

No afã de atrair investimentos, as gestões do governo estadual do PSB, nos últimos 16 anos, promoveram uma verdadeira farra de isenções fiscais para grandes empresas que comumente pagam baixos salários, desrespeitam os direitos trabalhistas e agridem o meio ambiente.

Os chamados Pólos de Desenvolvimento localizados no interior, como o gesseiro na região de Araripina e o de confecções no Agreste estão marcados pela utilização em larga escala de trabalho semiescravo, pelo desrespeito à legislação trabalhista e pelos impactos ambientais devastadores, especialmente em torno do desmatamento e da poluição dos rios.

Na Zona da Mata permanece intensificada a predatória cultura da cana-de-açúcar que só favorece o enriquecimento dos usineiros. Além de excludente e concentrador de renda, o modelo destrói o meio ambiente de forma avassaladora e mantém os trabalhadores rurais em regime de semiescravidão, concedendo a estes uma ocupação sazonal de apenas seis meses por ano.

No Agreste e Sertão, a terra continua concentrada nas mãos de grandes proprietários rurais e latifundiários. Além de sofrerem com o problema da seca, os camponeses, assim como os indígenas, sofrem todo tipo de violência por parte desses segmentos ultra reacionários.

O setor pesqueiro não progride. Os trabalhadores que vivem da pesca são os mais prejudicados, tanto pela ausência de apoio logístico e creditício, como pelos efeitos da poluição do mar, dos rios e dos mangues.

Nos grandes centros urbanos destaca-se o emprego informal. A falta de empregos leva cada vez mais pessoas a procurarem atividades alternativas que garantam sua sobrevivência.

Propostas:

Para assegurar o desenvolvimento econômico sustentável do estado, o PCB propõe as seguintes iniciativas:

1. Desmontar de forma gradual e progressiva a atual política de isenções fiscais para as grandes empresas, iniciando pelos setores econômicos cujos produtos sejam mais fáceis de serem substituídos por produção local através de empresas estatais, cooperativas, associações de pequenos produtores, e por pequenas e médias empresas que possam responder à iniciativa pública;
2. Realizar auditoria para fundamentar um plano de reestruturação da dívida pública estadual, visando reduzir os recursos perdidos com o pagamento de juros de dívidas duvidosas, questionáveis e que só promovem a concentração de renda e de poder político;
3. Combater a sonegação fiscal e lutar por uma tributação progressiva (os ricos pagam mais, os pobres pagam menos);
4. Promover a diversificação e a interiorização da estrutura econômica, criando empresas estatais a partir do fortalecimento da economia pública como estratégia, inclusive, de combater o desemprego;
5. Revisar imediatamente o modelo das Parcerias Público Privadas (PPP's), pois nelas o governo entra com a receita e os lucros vão para o setor privado;
6. Apoiar e prestar suporte técnico para cooperativas de pequenos agricultores, com introdução de recursos tecnológicos em parceria com as universidades públicas;
7. Promover Reforma Agrária no estado, numa alternativa anti-latifundiária, orientada para a produção de alimentos de base agroecológica para o mercado interno, preservação do meio ambiente, promoção da saúde e autonomia dos povos do campo e populações tradicionais.
8. Valorizar a pesca artesanal e as comunidades pesqueiras em todo estado, fornecendo tecnologia e incentivando a formação de cooperativas;
9. Pôr fim à repressão aos trabalhadores informais (camelôs);
10. Promover o ordenamento do comércio informal com a criação de mais mercados públicos com condições sanitárias adequadas;
11. Promover cursos de capacitação para os trabalhadores informais;
12. Desenvolver uma política de valorização do serviço público, com redução das diferenças salariais e redução da jornada semanal de trabalho para 30 horas, sem redução salarial, sem prejuízo da qualidade e da amplitude do serviço público prestado, fazendo amplo uso dos avanços tecnológicos;

13. Estatizar o transporte público;
14. Lutar pela reestatização da Celpe;
15. Elaborar Plano de longo prazo de construção de pequenas cidades planejadas fazendo uso do elevado nível de mão de obra desempregada ou subempregada, da alta tecnologia existente para construção a partir de pré-moldados e de barateamento de materiais;
16. Promover reforma agrária, aumentando a produção de alimentos e dando acesso a parte destes recursos naturais;
17. Adotar uma política de sistematizar a oferta de serviços públicos de educação, saúde, C&T e atividades culturais em todo o estado, de forma regionalizada e respeitando as particularidades de cada território.
18. Traçar uma estratégia de desenvolvimento industrial que favoreça setores que colaborem com a substituição de importação de produtos de maior conteúdo tecnológico.
19. Criar e desenvolver um laboratório de novos materiais no Estado que atue em parceria com as universidades públicas e com uma empresa estatal de produção de novos materiais ambientalmente sustentáveis para uso econômico;
20. Buscar, junto às universidades públicas, desenvolver uma cadeia produtiva de reciclagem e reaproveitamento de materiais que ajude tanto a gerar empregos quanto a combater a poluição;
21. Promover política ambiental de reflorestamento e aflorestamento (plantio de florestas onde antes não existiam) associada com o aproveitamento econômico, estimulando captura de CO₂, preservação dos mananciais de água, garantia da biodiversidade, sustentabilidade das florestas, produção de alimentos, produção de matérias-primas para fármacos naturais a serem produzidos pelo LAFEPE, produção de matérias-primas para a indústria.
22. Traçar uma política de emprego temporário em condições especiais para estudantes, como forma de criar condições objetivas para sua dedicação aos estudos, sobretudo nas empresas e laboratórios estatais dos setores de maior conteúdo tecnológico;
23. Garantir a participação direta na elaboração, implantação e revisão dos planos diretores das cidades;
24. Promover o desenvolvimento voltado para a inclusão e a igualdade social, com a garantia do emprego, da moradia, da geração de renda e a dignificação das condições de trabalho e remuneração do quadro de servidores públicos;
25. Expandir a presença do Estado de forma a promover a universalização do acesso aos serviços urbanos, como saneamento básico, água, luz, gás, serviços de telecomunicação, internet, além dos serviços sociais básicos como saúde, educação, cultura, lazer, segurança, habitação, visando à reversão do caráter de mercado hoje inerente aos mesmos;
26. Elaborar e implementar planejamentos econômico e social participativo visando o crescimento ordenado das cidades e do campo, a promoção do uso social da propriedade e o desenvolvimento com qualidade de vida, priorizando ações voltadas às camadas populares;

27. Promover reforma urbana centrada no uso social da propriedade e do solo urbano e de um plano de desenvolvimento social, apoiando a campanha nacional por um imposto progressivo sobre o capital, as finanças, as grandes propriedades e grandes fortunas, sob controle e fiscalização dos trabalhadores;
28. Criar empresas públicas municipais e exercer fiscalização e monitoramento popular das empresas públicas e autarquias municipais de transportes, saneamento, água, energia elétrica, Tecnologia da Informação, coleta de lixo e expansão dos serviços sociais, além dos sistemas públicos de educação, saúde, transportes;
29. Elaborar programas de geração de emprego e renda e serviços públicos de qualidade, tais como obras públicas com fiscalização direta da população;
30. Elaborar programa de alimentação popular, com restaurantes públicos e cestas básicas a preço subsidiado, para famílias cadastradas; abrigo e alimentação para a população em situação de rua, com a utilização de imóveis do Estado para este fim;
31. Reajustar anualmente de salários dos servidores públicos estaduais, além de implantar os planos de carreira elaborados a partir de ampla participação dos trabalhadores;
32. Incentivar a produção industrial e agrícola voltada para o abastecimento interno, ao desenvolvimento de infraestrutura e de empreendimentos nas áreas sociais, intensivas em trabalho e geradoras de bem estar, como habitação, transportes, educação, saúde e cultura;
33. Elaborar e implementar programas estaduais de reforma agrária e de formação de cooperativas, fortalecendo produtores de pequeno porte, a produção de hortifrutigranjeiros, articulada à criação de mercados populares para venda de alimentos e produtos do trabalho individual e cooperativo;
34. Fortalecer e lutar pelo processo de desapropriação de fazendas e criação de áreas de produção de pequeno porte no entorno das cidades, com a concessão do direito ao usufruto da terra sem direito de revenda;
35. Elaborar planos para promover a recuperação de patrimônio histórico e incentivo ao turismo cultural e ecológico;
36. Elaborar plano de desenvolvimento científico e tecnológico que aponte para prioridades sociais como emprego, saúde, educação, habitação, transportes, defesa civil, meio ambiente, segurança alimentar e desenvolvimento urbano;
37. Promover a universalização do acesso à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental público, gratuito e de qualidade, com elevação do padrão de qualidade do ensino, combatendo a lógica da reprodução capitalista e da dominação burguesa, que reserva aos alunos da escola pública a formação para o trabalho precário de péssimos salários;
38. Promover a melhoria dos salários e das condições de trabalho dos profissionais de educação, com contratação apenas por concurso, priorizando a aplicação dos planos de cargos e salários dentro do regime estatutário, elevação do padrão de qualificação e programas de formação continuada;
39. Estimular a autonomia e gestão participativa nas escolas, com eleição para os cargos de diretores e garantia da participação das comunidades escolares nas decisões sobre o

Projeto Político Pedagógico e nas demais políticas de interesse da população e dos trabalhadores;

40. Elaborar e implementar programa de apoio econômico às famílias, com base na carência de cada uma e na existência de filhos e parentes matriculados e estudando nas escolas públicas;
41. Elaborar e implementar programas de construção de salas de leitura, bibliotecas, salas de informática com acessos a internet, áreas esportivas e instalações adequadas e condições materiais para o ensino de arte e educação física para todos os estudantes da rede estadual.

3. CULTURA POPULAR

Enquanto comunistas, defendemos a nossa visão de cultura, cultura popular e da cultura popular de Pernambuco.

Cultura é toda forma de expressão das relações humanas, sejam elas coletivas ou seus reflexos individuais, materiais ou imateriais, literais ou simbólicos, concretos ou abstratos. Assim, a cultura carrega as marcas do seu tempo, e as estruturas sociais nas quais está inserida. No capitalismo, é monopolizada pela indústria cultural, a qual impõe um modelo visando o lucro das grandes empresas, com ampla representação nos meios de comunicação, redes sociais e pelos serviços de streaming.

Esse modelo reflete o sistema econômico em que vivemos, marginalizando ou mercantilizando as expressões provenientes do povo: das experiências da classe trabalhadora, das periferias, dos povos originários, das comunidades tradicionais e do campesinato, na medida em que estabelece uma cultura oficial das classes dominantes, defensora do modelo de sociedade vigente, seguindo a ordem do capital.

Nosso projeto é construído com o intuito de enfrentar o controle capitalista na área da cultura, fortalecendo as expressões da maioria, apoiando um projeto de sociedade coletiva, construindo uma política de cultura verdadeiramente feita por e voltada para o povo.

A regra geral, reflexo da estrutura social do capitalismo, é que a Cultura Popular seja ou marginalizada dos espaços reservados para a dita “Arte Tradicional” — como os museus, teatros e exposições — ou submetida a processos de “higienização” para adentrá-los, em uma tentativa de captura da sua potência criativa e criadora. A despeito disso, a Cultura Popular se materializa nos espaços onde o povo está, resistindo e se renovando no cotidiano da classe trabalhadora, nas feiras, nas praças e ruas, mas também nos estúdios, lonas e ateliês.

Para superar o modelo visado no lucro, entendemos a cultura construída pelo povo, formadora de sua história, como uma necessidade coletiva, um trabalho socialmente necessário e que, dessa forma, deve ser formulado pelas próprias bases. Rompemos, portanto, com a noção de um apoio estatal, sob uma ótica intervencionista, e propomos que a política de cultura seja elaborada e conduzida pelos próprios trabalhadores e fazedores de cultura, de modo a garantir as condições objetivas para que possam exercer suas funções de forma plena

e digna. O programa comunista para Pernambuco rompe com a visão engessada de cultura e governará com o povo e para o povo, não como uma categoria abstrata e idealizada, mas sim com a nossa cara, de quem constrói e mantém viva a cultura e todas as relações sociais e materiais do nosso Estado.

A Cultura Popular de Pernambuco é toda forma de expressão fruto da experiência do povo pernambucano, seja no balanço dos maracás dos povos indígenas, nos tambores dos maracatus, no canto dos aboios e toadas, na trova dos cantadores e repentistas, no fôlego dos metais das orquestras de frevo. É a cunha que entalha a xilogravura, a métrica do cordel, o gibão do vaqueiro.

Mas a Cultura Popular vai além do que é “tipicamente” considerado enquanto tal. Não é uma definição tradicionalista, idealista e estática do que deve ou não ser a cultura. Também são Cultura Popular o brega, o brega funk e as disputas de passinho, as batalhas de rap e os recitais; a história viva da poesia oral, o rito e a brincadeira das festas populares, a cozinha popular, a ciência das raizeiras e benzedeiras, a potência das giras e romarias.

Como fazer um programa político que abarque todas essas manifestações, tão diferentes entre si? Para responder essa pergunta, retornamos com a nossa concepção de cultura e cultura popular. Fazemos o compromisso com a cultura que emana inerentemente do povo. Combatendo o modelo centrado no lucro do modo capitalista e construindo, ombro a ombro, enquanto fazedores de cultura de Pernambuco, o nosso próprio projeto de Cultura Popular. Com este objetivo, avaliamos, neste documento, as condições atuais do aparato estatal de apoio à Cultura Popular em Pernambuco, pensamos o que poderá ser no futuro e trazemos propostas concretas para o estado.

A Cultura Popular vive sob ataque. Quando não obrigada a se ajustar à lógica mercantil imposta pelas estruturas da indústria cultural, sobrevive respirando através de aparelhos: os editais de fomento, que são arrancados a grande custo por mobilizações gestadas pelos próprios artistas e brincantes. Nesse primeiro momento, buscaremos fazer um breve diagnóstico da situação da Cultura Popular hoje em nosso estado, no que diz respeito às suas **necessidades materiais** e às políticas públicas vigentes para o setor.

Em Pernambuco, não é diferente. Dos poetas repentistas, passando pelas parteiras e pelos aboiadores, até os batuqueiros, caboclos e passistas, toda essa diversidade de figuras que estruturam a Cultura Popular também são seres humanos que precisam lutar pelo seu sustento e das suas famílias, assim como seus ancestrais também precisaram, sob diferentes circunstâncias históricas.

Podemos dizer, portanto, que a Cultura Popular é um fenômeno vivo e dinâmico, que está atravessado por todas as contradições que marcam seu tempo histórico. Se vivemos em um momento de ofensiva da burguesia contra a classe trabalhadora e as comunidades tradicionais, com a destruição de direitos e fechamento dos horizontes, a Cultura Popular também é afetada por isso.

O fechamento do Ministério da Cultura pelo Governo Bolsonaro-Mourão, que exalta nazistas e defende formas culturais de supremacia branca é, talvez, a face mais cruel desse processo, mas não é a única. Antes mesmo do fascista estar no governo e dentro dos redutos supostamente “progressistas”, como é o caso do governo do PSB em Pernambuco, a Cultura Popular já sofria com a **falta de estrutura, circuito e incentivo**.

Procure por artesãos e artesãs que trabalham todo ano na Fenearte, maior feira de artesanato de Pernambuco e descobrirás que o governo do PSB não fornece o suficiente para custear passagem, hospedagem, nem qualquer auxílio para que esses e essas artistas de todo o estado possam se deslocar até a capital para divulgar os seus trabalhos. Procure pelos mestres dos maracatus da Zona da Mata e verá a omissão do governo em fornecer a estrutura mínima de alimentação para que grupos com centenas de brincantes possam brincar dignamente no circuito oficial do carnaval de Pernambuco.

A maioria dos e das artistas e brincantes precisam ter outras profissões para garantir a sobrevivência. Em grande medida, a própria manutenção dos espaços físicos e das manifestações da Cultura Popular vem “do bolso” desses e dessas trabalhadoras, dada a ausência de investimento público nesses verdadeiros equipamentos culturais, bem como na circulação dos grupos e das produções, para além das datas festivas tradicionais.

O Estado de Pernambuco só é capaz de se comunicar com a cultura popular, na medida em que tenta controlar a sua potência. Com isso, busca silenciar a existência dinâmica e plural dos folguedos e saberes, inserindo a cultura na própria lógica mercantil que rege o estado burguês.

Uma das expressões desse fenômeno está no circuito oficial do carnaval de Pernambuco, no qual só há espaço para a arte popular dentro dos moldes impostos pelo Governo. Assim, é possível entregar uma festa higienizada, em que se emula uma cultura popular que ficou parada no tempo, buscando transformar manifestações vivas e pulsantes em meros bens culturais, moedas de troca no mercado global de turismo.

Outro exemplo disso são os editais de fomento, que hoje são de extrema importância para a manutenção dos mais diversos ramos da cultura, desde os grandes festivais com bandas enormes, até os pequenos coletivos culturais e artistas individuais. É através da captação de recursos que atividades fundamentais à continuidade da Cultura Popular podem ser realizadas.

Os editais privados geralmente exigem que o proponente da captação seja pessoa jurídica, impedindo o acesso de grande parte dos grupos e artistas individuais da Cultura Popular, além de fortalecer a ideologia da dita “Economia Criativa”, que promove a lógica do lucro dentro da cultura, fantasiando sobre formas de troca que já nascem maculadas. Já os editais públicos, apesar de terem maior facilidade de acesso, apresentam problemas principalmente nas suas elaborações, que parecem ser sempre feitas por grupos que pensam a cultura como algo monolítico e imutável, que segue sempre os mesmos modelos vindo de cima para baixo, desconsiderando a própria realidade dos atuentes da cultura.

A exemplo da Lei Aldir Blanc de apoio à cultura, os recursos federais vieram para as prefeituras locais, as quais elaboraram seus próprios editais. O que devia ser uma descentralização dos recursos, refletiu-se em editais escritos às pressas pelas secretarias de cultura, baseados na reciclagem de editais passados, além de serem julgados por comissões formadas pelas próprias secretarias municipais, sem qualquer participação popular.

Além de excludente, a adoção de tal modelo impõe uma padronização do fazer cultural que acaba atingindo diretamente os processos de produção e transmissão dos saberes culturais e musicais dos brinquedos populares, sua forma de circulação e consumo. É possível verificar, de maneira recorrente, todo o esforço dos trabalhadores e fazedores da cultura em ajustar a composição, duração, locais e espaços, como também a sociabilidade dos brinquedos populares aos parâmetros impostos pelos contratos e editais disponibilizados pelo poder público.

A implementação de políticas públicas para cultura tem transformado a área numa espécie de grande negócio, em que a disputa, atualmente por editais, alimenta uma concorrência cada vez mais acirrada e desigual entre os próprios fazedores e trabalhadores da cultura. Em suma, o Estado Burguês condiciona o financiamento das manifestações culturais à adequação aos limites estreitos das relações capitalistas.

Para uma política cultural construída para o povo, nós comunistas, defendemos uma política cultural feita com o povo. Propomos a **autodeterminação radical da Cultura Popular** por entendermos que o povo é capaz de identificar suas demandas, necessidades e as formas de solucioná-las.

Estimulamos a auto-organização do povo em todas as suas demandas e queremos, enquanto Governo do Estado de Pernambuco, garantir que todo fazedor de cultura possa viver sua expressão plenamente e com dignidade. A gestão da cultura só pode ser verdadeiramente popular, se for construída pelo povo organizado.

Por entender a Cultura Popular também como um trabalho, uma atividade social e produtiva cheia de peculiaridades no nosso estado, apostamos na autonomia dos trabalhadores da cultura sobre seu próprio domínio. Dessa forma, o dever do governo é garantir as condições e subsidiar dignamente o pleno desenvolvimento da Cultura Popular e de seus fazedores. Fato é que existem hoje, no seio da Cultura Popular, diversas necessidades concretas e várias experiências que desentranham da escassez os planos para o futuro — são sobre elas que se baseiam as propostas do programa comunista para Pernambuco.

Propostas

1. Criar organismos estaduais retroalimentados, Rede de Cultura Popular, que funcionará como uma plataforma, estabelecendo conexões locais e regionais, e Fórum de Cultura Popular, que funcionará como espaço máximo de discussão e deliberação sobre a Cultura Popular no estado, de caráter permanente, ambos incumbidos do exercício da

democracia direta da Cultura Popular — fruto da construção orgânica das bases e reflexo do funcionamento próprio de um governo socialista;

2. Criar projetos de fomento, nos quais os trabalhadores e fazedores de cultura identifiquem suas necessidades, elaborem soluções e garantam a plena autonomia da produção e transmissão das variadas manifestações culturais. De materiais audiovisuais a figurinos, passando pela aquisição de instrumentos, construção de sedes e todas as outras necessidades materiais que venham a ser diagnosticadas;
3. Subsidiar e incentivar a troca de saberes e vivências entre trabalhadores e fazedores da cultura de diferentes municípios pernambucanos, estados e povos;
4. Estimular, junto às escolas públicas, o debate sobre os processos de aprendizagem presentes nas manifestações populares;
5. Assegurar a realização de feiras, festivais e festejos idealizados e realizados pelos próprios trabalhadores e fazedores de cultura;
6. Criar e potencializar o uso de bibliotecas, sedes, espaços de memória, rádios, TVs, teatros, construídos em diversas cidades com estruturas que garantam o convívio, diálogo, produções, ensaios, apresentações e quaisquer necessidades dos artistas e grupos de cultura popular;
7. Estimular uma economia coletiva e planificada por meio da articulação de trocas entre artistas e grupos e pequenos produtores ligados à cadeia produtiva da cultura: do couro à pele do tambor, do tecido ao figurino;
8. Criar um espaço de sistematização dos acúmulos e reflexões produzidas nos territórios, ensejando a realização de pesquisas populares sobre a cultura e a construção de novas políticas públicas;
9. Implementar uma política cultural que garanta o acesso universal aos bens culturais com ampliação dos recursos e estrutura para a produção, disseminação e usufruto dos bens culturais, de forma a valorizar as tradições históricas do estado;
10. Desenvolver um programa de investimentos para apoio à produção artesanal e as manifestações culturais regionais;
11. Criar espaços públicos permanentes para apresentações artísticas e práticas esportivas.
12. Fundar bibliotecas públicas em todos os municípios e itinerantes em territórios de difícil acesso, bem como nas escolas estaduais, com amplo acervo que valorize autores regionais, garantindo a contratação de profissional específico, em cumprimento à Lei 12.244/2010;
13. Criar escolas de idiomas públicas e gratuitas;
14. Revitalizar e garantir a manutenção dos museus e teatros;
15. Incluir na grade curricular das escolas públicas matérias sobre a cultura e as tradições de Pernambuco;
16. Incentivar o intercâmbio cultural com os demais estados brasileiros, assim como com outros povos e nações;
17. Promover um calendário de festivais culturais públicos, por todo o estado, priorizando períodos além dos tradicionais (Carnaval, São João), valorizando a diversidade

cultural e garantindo o incremento e maior estabilidade na renda das e dos trabalhadores da cultura;

18. Potencializar o uso da TV Pernambuco e da Rádio Frei Caneca como espaços de difusão da cultura pernambucana;
19. Cadastrar, recuperar e preservar o patrimônio histórico e cultural das cidades.
20. Criar Centros Culturais, com salas para acesso à internet, biblioteca, livraria, cinema, teatro, salas de leitura, espaço para dança e exposições;
21. Fomentar a produção de livros e abertura de livrarias; fundar mercados populares para a venda de livros e outros produtos culturais;
22. Implementar programas de fomento a novos artistas, autores e grupos, e de formação de público, garantindo acesso amplo aos mais diversos gêneros de música, dança e artes plásticas;
23. Apoiar a criação e expansão de museus interativos;
24. Promover circuitos culturais com foco nas culturas dos povos indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais;
25. Promover a segurança financeira para o produtor de arte e cultura popular com a criação da categoria profissional de produtor cultural e a abertura de concursos públicos para essa categoria.

4. QUESTÃO AMBIENTAL

A defesa do meio ambiente, de toda a existência natural, sua preservação e recuperação, é prioridade para os comunistas. A impiedosa devastação ambiental provocada pelo modelo de desenvolvimento capitalista coloca em risco o próprio futuro do planeta.

O território de Pernambuco é privilegiado em termos de diversidade natural, clima e fertilidade da terra, sendo extremamente favorável à produção de qualidade de vida para suas populações. Possui dois importantes biomas: a Mata Atlântica e a Caatinga. Segundo a entidade Conservação Ambiental, a Mata Atlântica ocupa o primeiro lugar nos ranking das dez florestas mais ameaçadas do mundo. Em Pernambuco ela já chegou a representar 18% do território. Hoje está reduzida a 3%. A produção da cana-de-açúcar foi e é a maior responsável por esta devastação implacável. Muitas espécies da flora e da fauna foram aniquiladas e muitas outras estão sob o risco de extinção.

Já a Caatinga, segundo maior bioma do Brasil e a mais diversificada região semiárida do mundo, está presente em cerca de 2/3 do território do estado. Metade dele já foi destruída pelo desmatamento, grande parte pela ação de empresas que ainda utilizam a lenha como fonte de energia, a exemplo das indústrias de exploração da gipsita e das caldeiras das lavanderias. Apenas 1% desse bioma está protegido, demonstrando um total descaso dos governos estaduais das últimas décadas.

A política de meio ambiente do estado é mínima, sem recursos para cumprir exigências de planos nacionais e de baixo enfrentamento às agressões promovidas pelas indústrias e empresas, especialmente no caso das usinas de açúcar e engenhos de cana. A maioria dos rios

e manguezais continua sofrendo a ação de poluentes, incluindo metais pesados, jogados principalmente por empresas que ignoram as leis ambientais, mas também por prefeituras que jogam lixo e esgoto nessas vias fluviais. O uso descontrolado de agrotóxicos, incluindo a pulverização aérea, vem causando danos irreparáveis aos diversos ecossistemas.

O município de Araripina, conhecido por ser um Pólo Gesseiro, através da extração da gipsita, vem passando por um processo de acelerada degradação e salinização do solo e da água, vinculada também ao desmatamento para utilização de lenha nos processos produtivos.

O complexo industrial portuário de Suape, desde sua fundação, vem agredindo a região do ponto de vista ambiental e dos direitos humanos. A ampliação do atracadouro e de espaço para passagem de navios, utilizando-se de explosivos, destruíram recifes, corais e manguezais, bem como acarretou a morte de animais marinhos protegidos por leis ambientais, como o peixe mero e o boto cinza. Por outro lado, as ações industriais, ao agredirem a biodiversidade da região, prejudicam atividades de pesca artesanal utilizadas por comunidades tradicionais que vivem na região. Os processos de licenciamento ambiental são obscuros, escondem dados e, em geral, os impactos ambientais e violações de direitos humanos perpetrados na região não são fiscalizados pelo governo do Estado, que faz vista grossa e protege os interesses econômicos do complexo industrial.

Em Recife, um dos maiores manguezais urbanos do mundo, o Parque Manguetal Josué de Castro, na Bacia do Pina, encontra-se seriamente ameaçado tanto pelos aterros de décadas, como pela poluição agravada pela construção da Via Mangue. O fechamento do Aeroclube representou uma vergonhosa manobra do governo, cuja real intenção foi a de favorecer a especulação imobiliária.

Propostas:

1. Instituir um plano de recuperação da Mata Atlântica e da Caatinga com a implantação efetiva de medidas para a preservação da biodiversidade;
2. Criar Unidades de Conservação e Proteção, estaduais e municipais, que possam garantir a que se cheguem, conforme indica a ONU, a 10% dos tamanhos dos biomas originais;
3. Obrigar as propriedades a realizarem o reflorestamento de 20% da reserva legal, conforme exige a lei;
4. Construir Unidades Regionais de tratamento e reciclagem dos resíduos sólidos, em articulação aos movimentos, associações e cooperativas de catadoras e catadores;
5. Utilizar, em larga escala, fontes de energia não poluentes, como a eólica, a solar, a das marés e a de hidrogênio. Conjugação no uso de fontes como, por exemplo, uso da energia eólica para produção de hidrogênio, que pode ser estocado e, depois, usado como fonte de energia;
6. Exigir e estruturar os organismos de fiscalização do meio ambiente para que exerçam seu papel com maior rigor, monitorando o uso de agrotóxicos e adubos químicos e as

contaminações decorrentes no meio ambiente, nos lençóis freáticos e nos cursos d'água;

7. Criar, de imediato, zonas livres de agrotóxicos no Estado, para o desenvolvimento da agroecologia;
8. Proibir, de imediato, a aplicação de agrotóxicos por via aérea em todo o Estado;
9. Traçar um plano de desenvolvimento econômico e tecnológico de promoção da agroecologia, tendo por meta banir o uso de agrotóxicos no Estado, em um prazo inicialmente projetado de 5 anos;
10. Criar Parques Lineares nas margens dos rios e recuperar suas nascentes;
11. Criar Parques Ecológicos Regionais com Jardins Botânicos, sementeiras, centros de educação ambiental, parque infantil, área de lazer, atividades desportivas, ciclovias, trilhas ecológicas, unidade de triagem de animais silvestres, escola de alfabetização ambiental, entre outras;
12. Apoiar políticas de proteção e desenvolvimento das populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas, para que sejam garantidas a propriedade de seus territórios, suas tradições e melhoria das condições de vida;
13. Ampliar os percentuais relativos ao ICMS Socioambiental para as unidades de conservação e para o adequado tratamento dos resíduos sólidos;
14. Elaborar e implementar um Plano de desenvolvimento e recuperação do meio ambiente, que inclua recomposição da cobertura vegetal, a recuperação de rios, lagoas, restingas, além de outros sistemas;
15. Cumprimentar e aperfeiçoar a legislação municipal para que contemple a proteção ambiental, com forte taxação e penalidades às empresas destruidoras do meio ambiente;
16. Criar polos industriais para incentivo às empresas produtoras de mercadorias ambientalmente amigáveis, que utilizam energias renováveis, tecnologias limpas e promovam boas condições de trabalho;
17. Incentivar à pesquisa, à produção e à distribuição de energia a partir de fontes renováveis, com destaque para as energias eólica, respeitando o desejo das comunidades tradicionais, solar e de biomassa, em sintonia com a agricultura anti-latifundiária;
18. Construir e implementar políticas de estímulo ao consumo de energia gerada por fontes alternativas;
19. Construir e implementar políticas de estímulo à captação de água da chuva nas novas construções, reformas e nas moradias populares;
20. Elaborar programas de instalação gradual nas frotas dos veículos da administração municipal de GNV (Gás Natural Veicular);
21. Construir usinas de reciclagem de lixo, com tecnologia apropriada, com eliminação dos “lixões” e aterros sanitários existentes;
22. Implementar projetos de educação ambiental nas escolas e comunidades; coleta seletiva do lixo;
23. Ampliar e conservar, sob controle popular, do número e da qualidade de parques e jardins nas cidades;

24. Ampliar a fiscalização das unidades de conservação e proteção;
25. Fortalecer a transição energética sustentável, combatendo subsídios dados à indústria sucroalcooleira do estado, trabalhando para reverter áreas de plantação de cana de açúcar à recuperação da mata atlântica;
26. Proibir e incentivar a proibição da usina nuclear de Itacuruba e a qualquer outra usina construída em terras de povos indígenas e comunidades tradicionais, em defesa da autodeterminação das comunidades tradicionais do estado.

5. REFORMA AGRÁRIA E SOBERANIA ALIMENTAR

Hoje, 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil, são 14 milhões de pessoas a mais do que 2 anos atrás, quando a situação já era gravíssima, segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional — Rede PENSSAN. No total, 125,2 milhões de brasileiros vivem com algum grau de insegurança alimentar, ou seja, quase 60% da população não está se alimentando como deveria. A segurança alimentar é compreendida como o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, sendo esse um direito. Porém, a realidade brasileira e também pernambucana é justamente o inverso, é a insegurança alimentar.

O problema da fome está diretamente relacionado com a concentração de terras em posse de grandes latifundiários e da burguesia agrária, que explora e exaure a fertilidade da terra com monocultivo voltado para a exportação e para suprir as grandes cidades. Vinculado a este processo, ao promover a expulsão das populações camponesas do campo e direcionar o uso da terra quase exclusivamente para exportação, o capitalismo produz uma ruptura, uma falha metabólica, na reposição de nutrientes para o solo, uma vez que os resíduos orgânicos produzidos pelo consumo destes produtos não retorna para a terra, pois vão para outros países ou para os sistemas de esgoto das grandes cidades. A este processo se ligam as consequências mais desastrosas, desde o uso descontrolado dos agrotóxicos, passando pela impermeabilização dos solos e seu superaquecimento. A natureza é abundante, os capitalistas a destroem em busca da acumulação de capital e de poder.

Propostas:

1. Construir a Reforma Agrária Popular em Pernambuco, de forma a democratizar o acesso a terra, garantindo terra para quem nela trabalha e comida sem veneno;
2. Promover a Reforma Urbana através da articulação da gestão territorial e ambiental, baseado no planejamento urbano sobre o uso do solo e recursos naturais;
3. Demarcar as terras indígenas e titular a propriedade comunal quilombola, além de investir em infraestrutura para os assentamentos, quilombos e terras indígenas;
4. Fornecer condições especiais para instalação de agroindústrias sob o controle de cooperativas camponesas;
5. Limitar a propriedade privada da terra e executar as dívidas dos grandes proprietários de terras e arrendatários capitalistas através da tomada de terras e bens de produção;

6. Ampliar o PAA e o PNAE em todos os municípios de Pernambuco, de forma a garantir a fornecimento de alimentos nas creches, escolas e hospitais com alimento local e sem veneno;
7. Ampliar a produção e o acesso a alimentos agroecológicos e de agricultura familiar através da construção e ampliação das feiras agroecológicas e feiras de agricultura familiar em todo o Estado;
8. Desenvolver programas de pesquisa e extensão de produção e convivência com o Semiárido, como projetos de construção de cisternas e bioáguas, para garantir o direito à água e estimular a produção agroecológica das famílias camponesas;
9. Recriar o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional em Pernambuco, assim como mobilizar a retomada do Conselho Nacional, o CONSEA, e efetivar o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado;
10. Efetivar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, de forma intersetorial, com ações imediatas de enfrentamento à fome, além de um planejamento a médio e longo prazo para superar a fome no nosso Estado;
11. Construir restaurantes populares nos municípios do Estado, fortalecer e ampliar as cozinhas comunitárias nos bairros e periferias, para garantir a segurança alimentar, escoamento da produção agroecológica e geração de renda;
12. Assegurar a defesa e a produção dos territórios pesqueiros artesanais;
13. Criar a Política Estadual de Redução de Agrotóxicos em Pernambuco;
14. Efetivar a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco;
15. Fomentar no meio rural e urbano a criação de laboratórios agroecológicos populares e banco de sementes crioulas nos espaços de bairros, assentamentos, comunidades e terrenos baldios, que sirvam de instrumento organizativo para a produção alimentar e incentivo à economia popular.

6. DIREITO À CIDADE E À MORADIA DIGNA

A configuração das cidades na atualidade aponta para um modelo marcado pela segregação da população de baixa renda nos subúrbios mais distantes, dificultando sobremaneira os direitos fundamentais da cidadania como educação, saúde, transporte, moradia, lazer, entre outros. Tudo isso ditado pela especulação imobiliária para atender os interesses de mega empresários, não deixando espaço para intervenção da população nas decisões. O espaço urbano é tratado como simples mercadoria, havendo pouca ou nenhuma preocupação com a preservação do patrimônio histórico e arquitetônico.

Ao lado do crescimento desordenado das cidades e do acelerado crescimento demográfico, aparece o processo de “enobrecimento” (gentrificação) de áreas abandonadas ou semi abandonadas propositadamente para baratear os imóveis ali localizados, já especulados pelo mercado imobiliário. No Recife, um exemplo clássico desse processo de gentrificação é o Projeto Novo Recife (Cais José Estelita), onde por meio de um leilão questionável e sem nenhuma discussão com a população, um conglomerado de empreiteiras comprou o local sob a benevolência do governo municipal.

Outros exemplos notáveis de especulação imobiliária ocorrem em cidades como Petrolina, Caruaru, Goiana, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Gravatá e São Lourenço da Mata (obras da copa), em que grandes contingentes da população são deslocados para as periferias formando verdadeiros guetos. Sobre este tema, propomos:

Propostas:

1. Criar e ampliar espaços de convivência, lazer e serviços como parques, praças, museus, academias, clubes de ciências, cultura e esportes, priorizando espaços urbanos adensados pouco providos desta infraestrutura, pautando assim o fortalecimento das centralidades secundárias nas cidades;
2. Fomentar o debate público acerca das Zonas Especiais de Interesse Social, garantindo que esse instrumento já estabelecido legalmente seja de fato garantido aos moradores dessas áreas de moradia de baixa renda, para além da criação de novas ZEIS e ampliação das já existentes;
3. Criar Fundos a fim de manter centrais de assessoria técnica para habitação e urbanidade, submetidos aos Conselhos Populares, em atenção à Lei 11.888/2008 que institui a Assistência Técnica e regulamenta o acesso gratuito de todas as famílias com renda de até 3 salários mínimos aos serviços profissionais de arquitetura para a construção, reforma e ampliação de suas residências;
4. Revisar as concessões públicas e isenções fiscais para uso privilegiado de áreas urbanas, como é o caso do Porto Digital, além de verificar o cumprimento de contrapartidas sociais das Parcerias Público Privadas, tais quais a Arena da Copa, em São Lourenço da Mata, de modo a analisar a pertinência da manutenção destas concessões;
5. Ampliar e criar estudos de mapeamento de prédios e terrenos abandonados, de modo que sirvam de diagnóstico para embasar propostas de reestruturação de prédios a fim de que sirvam de moradia popular para famílias em situação de vulnerabilidade social.
6. Ampliar o custeio público das contas de luz e água de famílias em vulnerabilidade social cadastradas no CADÚnico com a perspectiva da gratuidade;
7. Criar redes Wi-Fi públicas que contemplem os bairros periféricos;
8. Universalizar o acesso à habitação de qualidade para todas as famílias, através da promoção política de moradia social por produção estatal em caráter emergencial, focando em manter as famílias no mesmo local ou melhor, através da readequação para moradia de imóveis em áreas centrais, por exemplo;
9. Defender a regularização fundiária ampla e irrestrita. Contra a política de remoção das ocupações populares e a criminalização de seus moradores;
10. Promover estudos para adequação e reassentamento da maior parte possível das habitações em áreas de risco e de obras urbanas para mitigação do impacto das chuvas sazonais, cada ano agravadas pelas mudanças climáticas, com uso inteligente de equipamentos como praças inundáveis, por exemplo;
11. Destinar terras públicas para habitação de interesse social (famílias abaixo de um salário mínimo do DIEESE);
12. Combater a especulação imobiliária, pela garantia do cumprimento da aplicação da função social da propriedade, utilizando-se de instrumentos legais tais como o Parcelamento, edificação ou utilização compulsória (PEUC);

13. Defender a aplicação progressiva dos impostos sobre a propriedade que não estejam cumprindo a sua função social;
14. Articular os programas habitacionais e de implantação de infraestrutura com uma política de geração de emprego e renda;
15. Envolver as universidades e os institutos de pesquisa na implementação do plano de reforma urbana, com o redirecionamento de ações de ensino, pesquisa e extensão, articulando temáticas sociais ao planejamento e desenvolvimento urbano;
16. Construir proposta de legislação que garanta auxílio moradia de caráter provisório que abranja todo o estado e contemple as famílias desamparadas com o valor de um salário mínimo vigente à época, visando proporcionar moradia popular de maneira definitiva.

TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

Transporte é um direito de cidadania e não um negócio lucrativo como é no Brasil. É um setor que deve estar a cargo do Estado que tem por obrigação oferecer transporte de qualidade e com passagens a preço de custo.

Num passado não muito distante, Pernambuco contava com uma malha ferroviária que cobria boa parte do estado. Um transporte seguro e barato. Entretanto, a Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) foi sucateada para atender aos interesses das grandes montadoras de automóveis. A prioridade passou a ser a malha rodoviária.

Rodovias que cortam o estado apresentam inúmeros problemas de conservação devido ao material de péssima qualidade utilizado para sua construção, mas com custos elevadíssimos. Muitas rodovias começam a ser privatizadas com a instituição de caros pedágios. O projeto original da BR 232, a mais importante do estado, construída pelo Consórcio Queiroz Galvão e Construtora Norberto Odebrecht, previa uma durabilidade de 50 anos, contudo, estudos realizados pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) apontam que esse tempo não ultrapassa os 15 anos. Muitas estradas vicinais estão completamente tomadas por buracos, dificultando enormemente o deslocamento das populações do interior.

A mobilidade urbana, onde também está vinculado o direito à acessibilidade, é outro dos mais graves problemas que afetam as grandes cidades do Brasil. Cidades como Recife são preparadas para carros e não para as pessoas.

Na capital, circulam, diariamente, cerca de um milhão de veículos, resultando num trânsito caótico, ambiente poluído, maior tempo para deslocamento para o ambiente de trabalho e muito estresse tanto para motoristas como para transeuntes.

Os chamados BRTs, tão propagandeados como solução pelo governo e que não tiveram nenhuma participação dos usuários, já nasceram ultrapassados. As grandes cidades começam

a adotar o transporte denominado VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), rápido, barato e não poluente.

O Plano Diretor, de caráter consultivo e deliberativo, destinado a ordenar o planejamento urbano, funciona de forma capenga. A lei do uso do solo não é respeitada. Por outro lado, a composição dos Conselhos de Desenvolvimento Urbano é desigual, uma vez que tem representação paritária entre o poder público e a sociedade civil que inclui os empresários. A sociedade, que não tem espaços formativos para discutir os impactos dos projetos apresentados, participa apenas como linha auxiliar para legitimar os interesses do poder econômico. Segue as nossas propostas para a questão:

Propostas:

1. Estatizar transportes públicos que estão sob controle privado;
2. Restaurar progressivamente a malha ferroviária do estado;
3. Recuperar estradas vicinais do interior;
4. Recuperar e expandir a malha metroviária na Região Metropolitana;
5. Ampliar os espaços de trânsito para pedestres, recuperação de calçadas e melhorias de acessibilidade para as pessoas com deficiência;
6. Ampliar as áreas de parques, calçadas, ciclovias e espaços de convivência e lazer;
7. Promover e fortalecer o direito ao passe livre para estudantes e desempregados;
8. Priorizar o desenvolvimento do sistema de transporte coletivo, de massa e integrado, sobretudo os metroviário e ferroviário, interligando-os às vias específicas para os pedestres, ciclistas, skatistas, usuários(as) de motonetas elétricas, carros comunitários, vans comunitárias, VLTs, metrô, trens e barcas;
9. Garantir transporte gratuito e com acessibilidade para idosos, pessoas com deficiência, estudantes e desempregados;
10. Garantir transporte noturno em horários regulares;
11. Criar empresas públicas, revisar os contratos de concessão e aumentar a fiscalização sobre as empresas privadas, com a encampação das empresas irregulares ou em situação falimentar, promovendo a construção de um sistema de transportes totalmente público;
12. Revisar o sistema de tarifação atual, com a implantação de tarifa única a baixo preço, em nível de cerca de 1/3 dos valores atuais.

7. UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

No capitalismo tudo vira mercadoria, inclusive atividades fundamentais para o bem estar coletivo. Com a universalização, o serviço público deve se concentrar no atendimento real das necessidades das pessoas, sem privar ninguém do direito de viver dignamente. A Universalização de Direitos é a garantia de acesso gratuito aos serviços públicos por parte de todos. Ninguém deve precisar pagar diretamente para ter educação, saúde, segurança, transporte, previdência social, acesso à justiça e lazer, pois toda a sociedade já paga através dos impostos.

SAÚDE

Durante os 16 anos de PSB na gestão do governo do estado foram priorizadas a concentração dos equipamentos de saúde na região metropolitana, o financiamento público privado, as parcerias com as Fundações e OSS's, a rifa da Política de Álcool e Outras Drogas com o conservadorismo em detrimento da Política de Redução de Danos, a morosidade no fechamento dos Hospitais Psiquiátricos, o privilegiamento da criação de grandes hospitais em detrimento das tecnologias leves em saúde, as seleções simplificadas e cargos comissionados.

A saúde pública em Pernambuco poderia ter sido fortalecida durante a pandemia do coronavírus, com aproveitamento da capilaridade da Atenção Básica e sua intensificação, para prevenção de casos, testagem, acompanhamento de isolamento e da quarentena, com garantia de alimentação, água, energia e moradia para a população do território, reduzindo a contaminação e evitando milhares de mortes pernambucanas.

No processo pandêmico o Governo Estadual dispunha, em 2020, de recursos disponíveis de aproximadamente 39,6 bilhões de reais, dos quais mais de 7 bilhões de reais eram destinados para a saúde. Ainda assim, a Secretaria Estadual de Saúde deixou de utilizar 600 milhões de reais do orçamento autorizado, segundo o Balanço Geral do Estado, disponível no Site da Transparência. Ou seja, as limitações financeiras não foram a real causa da falta de auxílio prestado pelo governo, mas sim a inércia e falta de compromisso dos atuais governantes. Não falta dinheiro, apenas vontade política para evitar a total derrocada da situação do povo pernambucano. Esmiuçando-se na execução orçamentária do Estado, percebe-se que quase nada (R\$27.892.300,00) foi destinado na Lei Orçamentária Anual para a Atenção Primária. Ainda assim, o governo decidiu gastar menos do que podia, executando apenas R\$ 21.721.228,56. Ou seja, o valor que a Secretaria de Saúde economizou foi 30 vezes o valor que ela de fato gastou com a AP.

Sabemos que a Atenção Primária tem o potencial de prevenir 80% de agravos em saúde numa população, evitando inclusive gastos exorbitantes com a Média e Alta Complexidade, esta que envolve grandes centros hospitalares, com maior necessidade de recursos, de maior aporte tecnológico e financeiro. Se historicamente vivemos o desmonte do SUS desde seu surgimento, a Atenção Básica segue em detrimento do modelo hospitalocêntrico, que gera mais lucros, e que foi intensificado na pandemia, com abertura de centenas de leitos de enfermaria e UTIs, sem aproveitamento da Atenção Básica. Inclusive, a própria Organização Mundial de Saúde orienta no sentido de haver mais investimento em unidades de saúde não hospitalares.

Hoje, com a mudança do estilo de vida e perfil endêmico da população, percebe-se um fenômeno mundial de doenças crônicas sendo a principal causa de procura por atendimento hospitalar. Ou seja, é justamente a falta de prevenção que tem drenado os recursos da saúde e a melhor forma de mudar essa situação é dando a devida atenção para a Atenção Primária à Saúde. Porém, apesar disso, nada é feito para otimizar os gastos com saúde. Especialmente depois de 2008, quando as Organizações Sociais de Saúde começaram a ser a principal

solução em Pernambuco para a gestão estadual. E o lucro vem do excesso de unidades de saúde hospitalares que foram abertas sem nenhum estudo prévio. Ou seja, foi feita sem levar em consideração a necessidade da população e não resolveu o nosso problema, apenas aumentou a concentração de recursos na iniciativa privada.

No ano de 2020, a iniciativa privada recebeu mais de 2 bilhões de reais apenas do Governo Estadual. Inclusive, até hoje não há um único estudo que comprove superioridade na gestão privada desses recursos. Segundo dados do Tribunal de Contas da União, a eficiência dos recursos empregados depende diretamente do tamanho do hospital, mas não há correlação com quem os gere.

Outro aspecto importante que merece destaque é a queda da cobertura vacinal em todo o país. Desde 2016, os pais estão levando cada vez menos suas crianças para fazer as vacinas de rotina. A Organização Mundial de Saúde e o Programa Estadual de Imunização consideram 4 vacinas como indicadores para cobertura vacinal, a Pentavalente, a Pneumocócica, a Tríplice Viral e a Poliomielite. Em todas elas há uma constante queda nas taxas de vacinação no Estado de Pernambuco. Nesses últimos dois anos, ficou muito nítido para todos a importância de corrigir esse problema. O Brasil já foi referência mundial nesse aspecto, e chegamos ao ponto de reviver um surto de sarampo, doença considerada erradicada há mais de 5 anos.

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) também foi uma conquista das mais recentes em saúde, estabelecida como política pública nacional apenas em 2011. Apesar de Pernambuco ter sido vanguarda no campo da saúde mental, em uma perspectiva antimanicomial, com a aprovação de uma lei em 1994 que já versava sobre a substituição progressiva dos hospitais psiquiátricos, o que vemos hoje é um cenário de crescente precarização da Rede. A má qualidade da infraestrutura dos serviços, com destaque para o sucateamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), assim como a insuficiência da quantidade de profissionais e de condições dignas de trabalho tem sido a realidade cotidiana em nosso Estado, principalmente diante do processo de intensificação do sofrimento e adoecimento psíquico durante a pandemia. Ao mesmo tempo, ocorre a ampliação do investimento público em Comunidades Terapêuticas (CT's), dispositivos de caráter asilar e pautados na lógica da abstinência, que são direcionados para pessoas que apresentam necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, indo na contramão da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

Propostas:

1. Construir uma concepção de saúde integral, compreendendo a determinação social do processo de saúde-doença, pautada na universalização de direitos humanos, como saneamento básico, água potável, moradia digna, alimentação, trabalho, transporte etc;
2. Expandir a rede pública, garantindo o acesso universal ao sistema de saúde gratuito e de qualidade, com ações integradas e preventivas de saúde;

3. Lutar contra todas as formas de privatização da rede pública de serviços: OSS, OSCIPs, Fundações Estatais de Direito Privado, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Empresas Filantrópicas, etc;
4. Ampliar o investimento na Atenção Básica à Saúde, intensificando a sua capilarização, buscando políticas de aumento da arrecadação (numa lógica de tributação progressiva), remanejamento orçamentário e outras políticas de fortalecimento da capacidade de investimento do estado, principalmente nas políticas e serviços de enfrentamento à pandemia do COVID-19;
5. Garantir a expansão da Estratégia de Saúde da Família, para acompanhamento sistemático da saúde da população, com a formação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE), para a realização de um efetivo trabalho integrado dos profissionais da saúde com a comunidade, através de visitas domiciliares, controles de epidemias, acompanhamento efetivo de pacientes com doenças crônicas, prevenção de doenças da infância, incentivo ao aleitamento materno, etc;
6. Realizar repasse de verba do Estado para os municípios para garantir o Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF) em todos os municípios de Pernambuco, como apoio matricial nos territórios;
7. Promover a articulação da Atenção Básica em Saúde com iniciativas de hortas comunitárias e fitoterápicos e sistemas de agroflorestas, pautados no nosso programa político;
8. Fortalecer as Práticas Integrativas Complementares em Saúde (PICS) com a criação de Centros Regionais Especializados em Práticas Integrativas Complementares em Saúde;
9. Fortalecer o Programa Saúde nas Escolas, pautado na intersetorialidade, com vistas à promoção e prevenção a saúde junto a uma educação popular;
10. Defender a descriminalização do aborto, legal e seguro, promovendo, também, a ampliação, fortalecimento e garantia dos serviços de abortamento legal no Estado;
11. Ampliar e fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em uma perspectiva antimanicomial e antiproibicionista, garantindo o acesso ao cuidado em saúde mental territorializado;
12. Defender e garantir a efetivação da Política de Redução de Danos como eixo estruturador da Política de Álcool e Outras Drogas no estado, priorizando o cuidado em saúde em Centros de Atenção Psicossocial - Álcool e outras Drogas (CAPS AD), Consultório de Rua e outros serviços territoriais;
13. Fortalecer o Programa Estadual de Imunização;
14. Garantir acessibilidade comunicacional em redes de saúde;
15. Fortalecer e articular a Central de Interpretação de Libras (CIL) com as unidades da rede de saúde;
16. Fortalecer formação de profissionais de saúde na interpretação de libras, para consultas e atendimentos;
17. Defender a universalização do acesso ao saneamento básico e provimento de água potável;

- 18.** Promover políticas públicas que garantam o acesso e promoção dos direitos da saúde da mulher, das juventudes, da população do campo, população em situação de rua, quilombolas, indígenas, LGBTQIA+, população negra e pessoas com deficiência;
- 19.** Fortalecer os programas de residência uniprofissional e multiprofissional em instituições públicas do estado e em consonância com os princípios e diretrizes da educação permanente em saúde;
- 20.** Implantar a nível estadual a Política Integral de Saúde das Populações do Campo, das Águas e das Florestas com participação popular dos movimentos sociais e territórios;
- 21.** Ampliar a estruturação da Vigilância em Saúde, com fortalecimento da Vigilância em Saúde do Trabalhador, a fim de garantir ações prioritárias de Vigilância em Ambientes e Processos de Trabalho em locais de trabalho dos profissionais de saúde, sejam estes público ou privados, com participação ativa dos trabalhadores e de suas representações, de maneira contínua e sistemática, de modo a garantir ambientes e processos de trabalho saudáveis;
- 22.** Ampliar os concursos públicos, com vistas ao fim dos contratos precários e da flexibilização das relações de trabalho;
- 23.** Garantir o pagamento dos pisos salariais de todas as categorias da saúde (defender as que ainda estão em luta pelo piso), além de tornar efetivo a jornada de 30h semanais.
- 24.** Implementar CRESAT em hospitais e policlínicas do Estado;
- 25.** Revisar Planos de Cargos e Carreiras dos servidores públicos estaduais garantindo incentivo a formação profissional, valorização profissional, salarial e uma carreira digna no serviço público;
- 26.** Aumentar o financiamento do HEMOPE e resgatar e fortalecer o LAFEPE;
- 27.** Aumentar o financiamento, com base na expansão de infraestrutura científica e tecnológica do Instituto de Medicina Legal;
- 28.** Criar uma política de Saúde Funcional em todo o Estado, de forma a articular Atenção básica à saúde, a média e a alta complexidade em prol do Direito à Saúde da Pessoa com Deficiência, com Centros de Reabilitação Regionais Especializados de Atenção Integral para PCD;
- 29.** Implementar a Política de Hormonioterapia no estado de forma regionalizada;
- 30.** Realizar cursos de formação e especializações através da Escola de Governo e Saúde Pública em Pernambuco, nos segmentos: Saúde da População Negra, Saúde da população LGBTQIA+, Saúde da População Indígena, Saúde da Mulher, Atenção à Saúde da População Ribeirinha e Redução de Danos;
- 31.** Implementar os demarcadores “Quesito Raça/Cor” e “Identidade de Gênero” em todo o Sistema de Informação na Saúde do estado;
- 32.** Realizar auditoria nas contas públicas no setor da saúde, verificando, em particular, a relação do governo com as OSSs, ampliando a transparência, participação popular e com real controle social;
- 33.** Combater a privatização velada da gestão da saúde indígena e da gestão popular da SESAI fortalecendo a autodeterminação dos povos;

- 34.** Realizar concursos públicos para os trabalhadores da saúde indígena, Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e os Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), com critérios estabelecidos pelas comunidades indígenas;
- 35.** Reconhecer na Secretaria Estadual de Saúde os saberes tradicionais, ancestrais e terapêuticos dos povos originários e das comunidades quilombolas como Prática Integrativas e Complementares em Saúde;
- 36.** Criar salas em hospitais adaptadas para as práticas tradicionais de cura indígena.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política de Assistência Social está inserida na Seguridade Social, recebendo financiamento tripartite para a sua execução. Em sua formulação é entendida como uma política pública de proteção básica e especial objetivando o combate às vulnerabilidades sociais e fortalecimento familiar e comunitário. Na prática, a maioria das pessoas que acessam seus programas e projetos são mulheres negras, idosos e pessoas com deficiência.

A assistência social se encontra como um dos segmentos de orçamentos mais baixos na Era PSB. Ao longo dos dois governos de Eduardo Campos, avaliando os orçamentos anuais, tudo que foi investido em assistência social girou na casa dos R\$437 milhões. O governo Paulo Câmara representou um aumento no setor, investindo, de 2015 a 2022, pouco mais de R\$1 bilhão na assistência social. Contudo, ao longo de 16 anos, não temos no orçamento nem R\$2 bilhões voltados ao segmento.

Além disso, não é incomum vermos os trabalhadores da área se manifestando sobre a ausência de repasses do governo de Pernambuco para os municípios. Ainda em 2020 o Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco (CEAS-PE) denunciou que 54 unidades dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), de diversos municípios, poderiam fechar devido à falta de repasses financeiros que deveriam ser feitos pelo governo do estado.

A dívida do estado estava acumulada em cerca de 10 milhões de reais referente aos anos de 2018 e 2019, o que atingia diretamente os serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade social e negação de direitos. Para o ano de 2020, foram orçados 3 milhões de reais, mas o conselho já apontava a insuficiência de recursos para financiamento dos serviços, que careciam de 14 milhões de reais para o pleno funcionamento.

É importante destacar que nas mãos do PSB as políticas de assistência social vêm sendo desfinanciadas em favor das Comunidades Terapêuticas (CTs), que podem ser caracterizadas como manicômios modernos. Ainda em 2018, a fim de fortalecer a atuação das CTs no estado, Paulo Câmara instaurou o programa de apoio às comunidades terapêuticas, destacando o quanto o seu governo acredita nas CTs como política de estado para atuar com usuários de álcool e outras drogas.

PROPOSTAS:

1. Promover uma auditoria nos repasses realizados para as entidades vinculadas aos conselhos de direito, objetivando promover maior transparência;
2. Aumentar o financiamento estadual fundo a fundo para os municípios, objetivando fortalecer os CRAS e os CREAS, para restauração de sua infraestrutura, assim como implementação da política de proteção básica e especial;
3. Promover diagnósticos socioterritoriais para identificar as necessidades de ampliação dos programas e projetos para o enfrentamento à pobreza em nosso estado;
4. Implementar a Educação Permanente para promoção da qualificação e atualização dos profissionais inseridos na política, através da Escola Estadual de Formação do SUAS;
5. Criar projetos e programas estatais e regionalizados com implementação nas escolas municipais e estaduais, com objetivo de ampliar o conhecimento de crianças, adolescentes e famílias na defesa dos direitos e no combate à exploração sexual e trabalho infantil;
6. Cofinanciar a qualificação das assistências integrais para pessoas com autismo, a exemplo, direito a diagnóstico precoce e atendimento multiprofissional já garantidas por lei (nº 169/2018) às pessoas com autismo;
7. Promover audiências públicas para a construção, controle e fiscalização das ações assistências pela população.

EDUCAÇÃO

Não há país que se desenvolva plenamente sem contar com um eficiente sistema educacional público e gratuito. A permanência do modelo educacional brasileiro indica que esta meta jamais será cumprida. Dados das Nações Unidas apontam que o Brasil aparece em oitavo lugar entre os países com maior número de analfabetos adultos. Segundo o IBGE, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais foi estimada em 8,7%, o que corresponde a 13,2 milhões de analfabetos no país. Este quadro não é diferente em Pernambuco, que detém altos

índices de analfabetismo e é um dos estados da federação que pior paga os profissionais da área.

O que assistimos hoje é um processo de desmonte da educação e uma das principais evidências deste sucateamento passa pela total desvalorização dos professores, seja pela perda de direitos, pelos baixos salários ou pelos obstáculos criados para dar condições a uma formação continuada.

Os professores e demais profissionais da área educacional, tanto do ensino privado como da rede pública, enfrentam cotidianamente um processo de precarização e sucateamento da educação, além de abusos das instâncias governamentais, que vão desde o desvio de função até a retaliação por participação nos seus movimentos reivindicatórios.

Os profissionais do estado onde mais de 80% são mulheres, os salários são cada vez mais rebaixados e sem planos concretos de carreira. Isto sem falar nos contratos temporários (cerca de 20 mil), nos quais estes profissionais são submetidos a salários inferiores, vivendo constantemente o risco de descarte.

A Educação básica em Pernambuco, sem a maquiagem propagandeada pelo governo, é considerada calamitosa. Em um ranking do programa internacional de avaliação de alunos (PISA), de 2012, o estado aparece com um dos piores índices do Brasil, amargando o vigésimo terceiro lugar, só perdendo, no nordeste, para o Maranhão (26º) e Alagoas (27º). Porém, a atual gestão nega esses dados e tenta mostrar uma imagem de escolas “modelos” para a população, as chamadas Escolas Integrais. A imensa maioria da população não tem acesso a elas, uma vez que residem na periferia da cidade onde está concentrada a maior quantidade de unidades de ensino. Os educandos passam por um rigoroso processo seletivo, ou seja, as vagas são para poucos alunos, o que aponta para uma política de segregação e de desarticulação das unidades de ensino. Os professores que atendem a essas escolas recebem tratamento diferenciado dos demais da rede pública, não podendo participar de greves, enquanto as professoras não podem usufruir da licença maternidade.

O estado não atende ao que manda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no que se refere à Educação Especial destinada a alunos com deficiência. Há enorme carência de pessoal especializado, dificultando o acesso dos alunos.

É urgente a construção de outro modelo de Educação e Universidade que se relacione com o cotidiano da população, pois, além do fortalecimento do setor privado no ensino básico e superior como política dos governos, percebe-se claramente que os currículos, modelos pedagógicos, produção de ciência e tecnologia e a extensão universitária estão pautados pelos interesses dos lucros do empresariado e da manutenção de privilégios. O resultado é uma educação tratada como mercadoria voltada para atender as demandas do mercado e não dos interesses do povo.

Propostas:

1. Priorizar a educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis, incluindo também um amplo programa de alfabetização de jovens e adultos;
2. Garantir a todas e a todos os estudantes direito de acesso a escolas próximas de suas casas, nas cidades onde moram;
3. Ampliar as escolas de jornada integral, garantindo uma efetiva ênfase na integralidade dos sujeitos aprendizes, incorporando conhecimentos críticos, sobre as novas tecnologias, e valorizando as diversidades social, cultural e ambiental, os processos colaborativos de ensino aprendizagem conectados com a vida cotidiana;
4. Combater juntamente aos movimentos estudantis toda forma de violência e opressão envolvendo estudantes e/ou funcionários dentro das instituições de ensino, garantindo a segurança, saúde e o acolhimento dentro destes espaços;
5. Valorizar os professores e trabalhadores da educação com carreiras estruturadas, remuneração digna e qualificação adequada às demandas e aos desafios da sociedade;
6. Coibir a prática de contratações temporárias com a abertura imediata de concurso público;
7. Estimular gestões democráticas e transparentes na rede pública de ensino com participação efetiva da comunidade escolar nas tomadas de decisões;
8. Articular o sistema pública de ensino com as pautas dos movimentos sociais através de um projeto de poder popular para a Educação;
9. Debater com a sociedade civil sobre democratização do acesso, da permanência, da gestão e de todas as esferas da vida universitária;
10. Apoiar e fortalecer a luta por uma educação no campo articulada com os movimentos agrários;
11. Estimular no Estado a constituição de pólos de pesquisa e desenvolvimento de educação do campo, para o desenvolvimento de programas e ações de ensino, pesquisa e extensão e de gestão de processos educativos e formativos nas temáticas e práticas pedagógicas no campo;
12. Aumentar o investimento financeiro para a compra direta de produtos da agricultura familiar destinados à alimentação escolar (lei nº 11.947, de 16/6/2009, diz que 30% desse valor — ou seja, R\$1,05 bilhão — deve ser investido);
13. Fazer cumprir as diretrizes da LDBEN 9.394/96 sobre as escolas indígenas, e o princípio da educação diferenciada e específica, garantindo às comunidades indígenas a gestão e a elaboração curricular;
14. Defender a pauta histórica do movimento dos trabalhadores da educação indígena de Pernambuco, a COPIPE, da criação da categoria professor indígena e a abertura de concurso público;
15. Implementar do litoral ao sertão a lei 10.639/2003 nas escolas estaduais e defesa da inserção no ensino superior nas universidades de Pernambuco através das grades curriculares;
16. Pela implementação do ensino de gênero e sexualidade nas escolas estaduais: Em defesa dos direitos das crianças e adolescentes;

17. Fortalecer a FACEPE de forma a ampliar a quantidade de bolsas da pós-graduação e garantir o reajuste anual das mesmas;
18. Ampliar as políticas de assistência estudantil no estado de forma a construir casas de estudantes universitários, reformar as já existentes, além de garantir a criação de restaurantes universitários;
19. Defender a política de cotas no ensino superior para a população trans e travesti;
20. Adicionar à grade curricular do ensino superior, nos cursos da área de saúde, a educação sexual de maneira que seja abordada a prevenção contra IST's e as pautas relacionadas à população LGBT;
21. Capacitar docentes e funcionários da educação básica e superior para reconhecer situações de bullying;
22. Fortalecer o papel da equipe psicopedagógica em articulação com equipes multiprofissionais na Atenção Básica para o cuidado, suporte, acolhimento e acompanhamento das pessoas LGBTs.

8. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A ciência e tecnologia desempenharam na história um papel fundamental para o progresso das civilizações, por meio da melhoria dos processos produtivos, de organização e de condições de vida das populações em centros urbanos. A ciência e a tecnologia permeiam as diversas facetas da organização social, e nisso se inclui a faceta política.

Os países centrais do capitalismo detêm a maior parte da produção científica e tecnológica, além de possuírem uma robusta infraestrutura educacional-empresarial-financeira como base para produção, atração, retenção e desenvolvimento de pesquisadores. Isso se reflete, por exemplo, nos Estados Unidos, que concentram boa parte das revistas e periódicos científicos de maior prestígio, boa parte das melhores universidades, boa parte dos institutos de pesquisa e boa parte dos fundos de *venture capital* (capital de risco), particularmente importantes para o setor de Tecnologia da Informação. Tal concentração científica-tecnológica é reflexo da alta concentração de capital, que permite forçar, por meio também do imperialismo, uma relação de dependência nos países da periferia, como o Brasil.

O Brasil possui uma tradição histórica agroexportadora de baixa maturidade tecnológica, tendo na industrialização tardia do século XX um contexto impulsionador para o desenvolvimento de uma ciência e tecnologia nacional guiada, não somente, por empresas públicas como a Vale do Rio Doce, a Eletrobrás e a Petrobras. Com a ofensiva neoliberal a partir da segunda metade do século XX, houve o sucateamento e privatização sistemática de uma estrutura que contribuía para a redução da dependência científica e tecnológica frente aos países centrais do capitalismo. Atualmente, no século XXI, o país carece de uma política de estado que articule e coordene projetos de produção científica e tecnológica de curto, médio e longo prazo, e sofre com a fuga de cérebros (*brain drain*, em inglês). Em 2015, por exemplo, cerca de 50 mil pesquisadores deixaram o país por ausência de condições mínimas para continuar seus trabalhos (UJC, 2018). O cenário nacional é reproduzido também nas unidades da federação, como Pernambuco.

A economia de Pernambuco se originou de uma estrutura produtiva agroexportadora de *commodity* que atravessou o processo de industrialização em ambiente protegido de exposição a mercados internacionais mais competitivos (SECTI, 2017). Durante o século XX, houve uma reduzida necessidade de inovação pelas empresas estaduais e uma baixa interação entre os elementos do sistema de inovação de Pernambuco (SECTI, 2017).

No campo da formação de profissionais e cientistas, as faculdades privadas, as universidades e as demais instituições de ensino superior no estado ainda não formam a quantidade necessária de pessoas nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharias, Matemática e Computação (STEM+C, na sigla em inglês), uma das consequências da falta de compromisso por parte do aparato institucional local de fomentar e proporcionar uma infraestrutura de inovação no estado (SECTI, 2017).

O presente documento lista propostas recomendadas para orientar o planejamento e implementação de uma política socialista de Ciência e Tecnologia para o estado de Pernambuco.

Propostas:

1. Fortalecer as políticas educacionais no âmbito do ensino fundamental e médio com oferta de disciplinas nas áreas de tecnologias de interesse social;
2. Ampliar a infraestrutura de pesquisa e oferta de cursos na área de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, fortalecendo programas de pós-graduação e o incentivo de criação de startup alinhadas ao desenvolvimento de tecnologias de interesse estatal;
3. Criar programa de capacitação em Tecnologia da Informação para as minorias;
4. Criar centros públicos de estímulo a iniciativas digitais em âmbito municipais e regionais no interior do estado;
5. Criar base industrial-científica voltados à pesquisa e desenvolvimento de soluções para os problemas fundamentais da classe trabalhadora;
6. Criar infraestrutura de comunicação científica para a classe trabalhadora, com criação de canais de rádio e televisão, além de produção de revistas científicas a preços populares;
7. Estabelecer de parcerias com o setor privado, com condicionante de transferência de conhecimento e tecnologia, para os setores críticos;
8. Estabelecer de uma base científica-industrial-farmacêutica para a pesquisa e desenvolvimento de fármacos e vacinas, que vá desde a pesquisa até a distribuição de fármacos;
9. Estabelecer base científica-industrial-energética para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para utilização de energias renováveis;
10. Criar cinturão digital, com criação de malhas de fibra ótica em todo o estado;
11. Criar do Centro de Pesquisas em Alcoolquímica;
12. Criar do Centro de Pesquisas em Tecnologias Agrícolas;

13. Fortalecer o apoio da FACEPE dado a jovens pesquisadores e pesquisadoras, promovendo editais de fomento à pesquisa e extroversão voltadas a esse grupo e ampliando a inserção das mulheres na ciência;
14. Estimular, por meio da criação de políticas específicas, a inserção de mulheres no estudo e aprendizagem nas áreas de ciência, tecnologia, engenharias e matemática.

9. DIREITOS HUMANOS

A plena vigência dos direitos humanos em qualquer sociedade é impossível se não existir um Estado de direito e uma estrutura política, econômica e social que permita garanti-los. Onde houver desigualdades sociais haverá violações dos direitos humanos. Quanto maior essas desigualdades, maior será o número e a intensidade dessas violações. O Brasil ainda está muito longe deste ideal e será irrealizável se o país permanecer nos marcos do modelo capitalista, sistema essencialmente promotor de desigualdades e mantenedor de uma cultura de violência.

Pernambuco apresenta índices alarmantes no que se refere à violência urbana, sobretudo contra mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+. No campo, persiste a espiral de violência contra os trabalhadores rurais e a tentativa de criminalização dos movimentos agrários.

A violência policial, especialmente contra os pobres e negros é outro lado sombrio da realidade do nosso estado. A Polícia Militar, mal equipada, mal capacitada e mal remunerada, privilegia a repressão direta em detrimento de políticas preventivas.

A proliferação das drogas pesadas, principalmente do crack, vem contaminando jovens adolescentes, e até crianças, de forma avassaladora, desestruturando famílias e destruindo vidas.

A atenção integral e prioritária a crianças e adolescentes é dever de todos. No entanto, nas últimas gestões estaduais vários problemas foram ladeados. A violência dentro das entidades de atendimento socioeducativo da FUNASE, por exemplo, é tema recorrente nos noticiários. Não é com mais casas de internação que o problema será resolvido. É preciso a readequação e regionalização das mesmas.

Recursos ínfimos são destinados à Política de Assistência Social que se mantém focalizada apenas nos espaços de extrema pobreza.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores que se aposentam, em sua grande maioria recebem aposentadorias baixíssimas, insuficientes para suas necessidades com saúde, moradia e alimentação. É preciso garantir condições dignas de vida para estes trabalhadores que durante anos produziram a riqueza do país.

Propostas:

1. Inserir o aparato governamental para lutar pelo fim da criminalização da pobreza, dos movimentos populares e dos usuários de drogas hoje consideradas ilícitas;
2. Fortalecer e ampliar a Rede de atenção e Proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, garantindo plenas condições de funcionamento;
3. Promover o combate à violência no campo, através do programa de prevenção aos conflitos agrários;
4. Capacitar delegacias da polícia para um combate direto a manifestações de racismo;
5. Atuar na rede de educação criando uma política de combate sistemático ao racismo em suas diversas formas;
6. Reforçar a política de proteção a crianças e adolescentes;
7. Fortalecer os Centros de Atenção Psicossocial infantojuvenis (CAPSi), assim como os demais componentes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), para a garantia de atendimento especializado e territorializado, baseado na política de redução de danos, a crianças e adolescentes usuários de álcool e outras drogas;
8. Promover atenção especial à primeira infância, para reduzir a mortalidade e a subnutrição infantil;
9. Promover uma Política de Convivência Familiar e Comunitária, fortalecendo os espaços de proteção municipais, implantando políticas intersetoriais de esporte, cultura, lazer, saúde, educação e primeiro emprego;
10. Investir na capacitação permanente dos agentes de proteção dos direitos da criança e do adolescente;
11. Abrir concurso público, valorizar e qualificar permanentemente os profissionais da assistência social;
12. Garantir maior articulação entre as políticas de assistência social com a educação, saúde básica e geração de emprego e renda, através de programas e ações em rede;
13. Capacitar delegacias para um combate direto à LGBTQIA+fóbica;
14. Atuar na rede de educação criando uma política de combate sistemático a LGBTQIA+fóbica, difundindo o respeito à diversidade de orientação sexual;
15. Apurar e responsabilizar rigorosamente todos os crimes contra os direitos humanos cometidos pela ditadura empresarial-militar em Pernambuco;
16. Criar Centros de Direitos e da Cidadania;
17. Fortalecer as políticas de garantia de direitos da pessoa idosa a partir da construção de institutos de longa permanência no estado de Pernambuco;
18. Ampliar a rede de creches e berçários públicos nas cidades, periferias e territórios do campo de Pernambuco;
19. Garantir prioridade orçamentária para viabilizar a intersetorialidade das seguintes secretarias: saúde, educação e assistência social;
20. Criar programas de combate contra qualquer tipo de discriminação — racial, sexual, LGBTQIA+fóbica, religiosa e outros;
21. Criar políticas públicas voltadas à promoção da saúde integral da mulher, no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, dos direitos sociais e das relações de trabalho;

22. Criar política pública de segurança, sob controle popular, para combater a violência com ações integradas de distribuição de renda e desenvolvimento social, associadas a uma ação prioritariamente investigativa.

10. SEGURANÇA PÚBLICA

O fetiche fundante da retórica do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que tenta por meio de um discurso pouco convincente se colocar como um governo "progressista", não encontra mais possibilidade de aceitação pelas populações periféricas, camponesas, negras e indígenas.

O Plano Estadual de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, mais conhecido como Pacto pela Vida, foi apresentado no ano de 2007 e se propunha, inicialmente, a reduzir em 12% ao ano o crescente número de homicídios no estado e a priorizar ações estruturadas no campo da prevenção social do crime. Na prática, no entanto, o estímulo à coerção violenta, caracterizada por abordagens seletivas, incentivadas por uma política de gratificações para policiais que realizassem mais prisões e apreendessem mais drogas, em detrimento de muita violência praticada nas periferias pernambucanas, teve como resultado o maior número de mortes registradas até o momento no estado, ultrapassando os números dos anos anteriores ao lançamento do Pacto, chegando a 5.426 no ano de 2018, 44,1 mortes por 100 mil habitantes (IPEA, 2020).

Além da queda momentânea e limitada no número de homicídios no estado entre os anos de 2008 e 2013 que, ainda assim, o mantiveram em patamar superior à média nacional para o período, são consequências diretas do Programa Pacto pela Vida: prisão de pessoas que não respondem por crimes praticados contra a vida, aumento do número de mortes não esclarecidas, aumento do número de pessoas mortas pelas forças de segurança do estado e superlotação do sistema carcerário.

Estudo realizado pela Rede de Observatórios da Segurança (2019) aponta que Pernambuco é o estado mais perigoso para os seus jovens. Dos 1.473 registros de violência nos 5 estados pesquisados, um terço foi cometido aqui. Além disso, contamos atualmente com uma das polícias mais letais do país e também uma das que mais morre. No intervalo entre 2019 e 2020 foram 187 pessoas assassinadas em operações policiais, destas 97% eram negras.

Ainda, conforme relatórios divulgados pelo Instituto Fogo Cruzado, no ano de 2021, houve 1.725 tiroteios, dos quais 94% resultaram em mortes. No mês de dezembro, foram 149 tiroteios, resultando na morte de 106 pessoas, todas concentradas em bairros pobres da Região Metropolitana do Recife, tais quais Cohab, Prazeres e Pina. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, lançado em junho de 2022, só ratifica a sistematicidade da violência no estado ao apontar que Pernambuco ocupa a 5ª posição na lista de estados mais violentos do Brasil, somando, ao todo, 3.368 assassinatos em 2021.

No que diz respeito à população carcerária, entre o lançamento do Programa Pacto pela Vida e o último INFOPEN, passamos de 17.244 a 33.330 pessoas presas, sendo que 77% dos crimes tentados/consumados por essas pessoas em privação de liberdade não foram perpetrados contra a pessoa, mas estão relacionados às condutas previstas na Lei de Drogas (11.343/2006) e aos crimes patrimoniais. Vale salientar que destas pessoas, mais de 40% estão presas provisoriamente. Registre-se que o sistema carcerário tem o excedente de mais

de 176% da capacidade (14 mil vagas), com condições precárias de salubridade, saúde, higiene, alimentação, com tiroteio no local e vida comercializada, entre outras. Corroborando com as afirmações o relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura que apresenta uma série de elementos da realidade institucional do Complexo do Curado que configuram a prática de tortura e tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, motivo que ensejou a determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que os presos do local tivessem os dias de prisão computados em dobro dado ao caráter antijurídico da pena. Em 2021, 80 pessoas privadas de liberdade perderam a vida no interior do cárcere no estado.

Trazer à luz tais elementos não deixa de ser tarefa fundamental ao Partido Comunista, pois é exatamente nos setores em que as marcas da violência política estatal é sentido na pele que este visa sua atuação política, e é por meio destes setores que o Partido encontra possibilidade efetiva de crescimento de seus quadros e a propagação do sentimento revolucionário.

Diante disso, apresentamos a seguir alguns eixos de propostas para o campo da Segurança Pública:

Propostas:

1. Desenvolver e implementar um novo modelo de segurança pública, com foco no combate às opressões, priorizando a proteção à vida, prevenção da violência, promoção da cidadania, garantia de direitos, defesa das liberdades e participação popular;
2. Abolir a gestão militar de favelas e bairros populares;
3. Liderar a reestruturação da formação para policiais militares e civis, considerando os elementos estruturais de classe, raça/etnia e gênero;
4. Tratar o uso abusivo de drogas como problema de saúde pública, extinguindo a bonificação prevista no Programa Pacto pela Vida pela apreensão de drogas, e fortalecer a política de redução de danos;
5. Integrar, sistematizar e publicizar dados da Administração Penitenciária, da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Exército e da Polícia Federal no que concerne aos crimes letais intencionais praticados no estado de Pernambuco, evidenciando aqueles relacionados à raça, gênero, bairro e orientação sexual;
6. Liderar um pacto estadual de redução da violência urbana, rural e doméstica e fortalecer as redes municipais de apoio, proteção e denúncia para as vítimas e seus familiares;
7. Desarticular o comércio ilegal de armamento e fomentar campanhas de desarmamento voluntário;
8. Organizar o controle externo das atividades policiais e prisionais, com ouvidorias e corregedorias independentes, desvinculadas administrativamente da Secretaria de Defesa Social;
9. Implementar as conferências anuais de segurança pública com objetivo de ampliar a participação popular nas decisões concernentes à segurança dos bairros e

- comunidades e fortalecer o Conselho Estadual de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, garantindo a participação paritária e funções deliberativas e consultivas;
- 10.** Instituir um Plano Estadual de Segurança Pública com objetivos e metas de curto, médio e longo prazo, assegurando a integração com outras políticas, tais quais lazer, cultura, educação, habitação, saúde, com foco na redução da vulnerabilidade da população negra, indígena, quilombola, LGBTQ+, adolescentes, jovens e mulheres;
 - 11.** Fortalecer e investir em pesquisas desenvolvidas no âmbito da academia e por grupos locais organizados, voltadas à produção de dados sobre o fenômeno da violência visando a criação de um sistema permanente de compartilhamento de dados e informações de modo a promover a transformação social e salvar vidas;
 - 12.** Fortalecer, publicizar e ampliar o Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos, o Programa de Proteção à Testemunha Ameaçada de Morte, o Programa de Proteção de Direitos de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, Programa de Prevenção de Conflitos Agrários e Núcleo de Acolhimento Provisório, com foco nas políticas de cuidado e acolhimento às pessoas protegidas, sobretudo para militantes e ativistas dos direitos indígenas, quilombolas, e da defesa do meio ambiente;
 - 13.** Elaborar, em cooperação com as prefeituras, planos para estimular o uso de espaços públicos, tais quais ampliação da iluminação pública e construção de parques e praças de forma descentralizada e revitalização de espaços abandonados;
 - 14.** Fortalecer a autogestão da proteção territorial indígena, impedindo a presença arbitrária da Polícia Militar dentro do território indígena, assim cumprindo a o art. 144, § 1º, I da CRFB/1988;
 - 15.** Abolir a revista vexatória de visitantes e familiares de pessoas em situação de cárcere e promover a instalação de equipamentos capazes de garantir a segurança dos presídios, delegacias, casas de custódia, de forma a preservar-lhes a integridade física, moral e psicológica;
 - 16.** Suspender propostas de construção de novos presídios e casas de custódia, priorizando o investimento na assistência material, saúde, jurídica, educacional, social, religiosa das pessoas em situação de cárcere;
 - 17.** Realizar mutirões em cooperação com a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco e outros órgãos envolvidos na execução pena, visando reduzir massivamente a população prisional e conferir celeridade à concessão de garantias, tais quais trabalho extra-muros, progressões de regime, autorização de saídas, livramento condicional; educação extra-muros;
 - 18.** Garantir atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo;
 - 19.** Realizar mutirões em cooperação com a Defensoria Pública de Pernambuco e com outros órgãos envolvidos na execução da pena para garantir que as pessoas presas no Complexo Penitenciário do Curado tenham seus dias computados em dobro, conforme decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
 - 20.** Elaborar uma central de regulação de vagas para o sistema prisional, impedindo a entrada de novos presos em unidades cujo número de pessoas presas ultrapasse a sua capacidade;

21. Garantir que os locais de privação de liberdade para mulheres cis e mulheres e homens trans ou as seções constituídas por por este mesmo público nos estabelecimentos mistos sejam dirigidos e custodiados por pessoal feminino;
22. Garantir, além dos insumos básicos de higiene garantidos para toda população em situação de cárcere, itens específicos que contemplem as necessidades de mulheres cis e mulheres e homens trans;
23. Realizar mutirões em cooperação com a Defensoria Pública de Pernambuco e com outros órgãos envolvidos na execução da pena para garantir o direito à convivência familiar e comunitária de mulheres cis e homens trans grávidas, lactantes e gestantes que se encontram em situação de cárcere;
24. Reverter o processo de terceirização de serviços e privatizações da gestão do sistema prisional do estado de Pernambuco, respaldando a administração pública voltada para defesa, promoção e garantia da dignidade das pessoas em situação de cárcere;
25. Garantir a transparência e o controle social do sistema prisional no Estado de Pernambuco por meio da presença dos conselhos de direitos e organizações da sociedade civil e outros órgãos independentes de inspeção para realização de monitoramento e fiscalização do sistema prisional;
26. Garantir ao indígena inserido dentro do sistema prisional os mesmos direitos dos povos originários à saúde específica e diferenciada, assim como na prioridade das campanhas de vacinação e ações de saúde uma vez que são grupos de maior vulnerabilidade;
27. Fortalecer o sistema estadual de prevenção e combate à tortura, garantindo a autonomia do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e melhores condições de trabalho para o Comitê de Prevenção e Combate à Tortura;
28. Garantir o planejamento de ações de prevenção à tortura, por meio da reestruturação das técnicas de treinamento de agentes prisionais, de acordo com uma formação fundamentada acerca das questões estruturantes relacionadas à raça, gênero e classe;
29. Criar protocolos de atuação em casos de tortura e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes no sistema carcerário, estimulando a responsabilização e investigação dos casos;
30. Criar ouvidoria externa ao ambiente carcerário para recebimento de denúncias sobre a prática de tortura, transtornos cruéis, desumanos ou degradantes;
31. Implementar um novo modelo de polícia, assegurando o controle social e gestão comunitária através da participação popular para reordenação das prioridades estratégicas;
32. Garantir mais democracia no âmbito interno das polícias, extinguindo o modelo de disciplina e opressão nas corporações;
33. Reformular a grade curricular e o corpo docente das polícias, ampliando o período de formação e garantindo sua sistematicidade, com foco na garantia de direitos e defesa das liberdades;
34. Garantir um programa de assistência social e acompanhamento psicológico para os(as) servidores(as) da segurança pública e suas famílias;

35. Regulamentar o uso de armamento letal e/ou menos letal, por agentes de segurança pública;
36. Garantir salários dignos e planos de cargo e carreira para profissionais da segurança pública, melhores condições de trabalho e trabalhar, junto ao Congresso Nacional, pela desmilitarização das polícias;
37. Retirar das ruas servidores envolvidos em casos graves de violência, garantindo autonomia da corregedoria para investigação dos casos e assegurando o seu encaminhamento para formação e acompanhamento psicológico;
38. Abolir, em cooperação com o Poder Judiciário, os mandados de busca e apreensão genéricos/coletivos, bem como a concepção de fundada suspeita para invasão de casas em periferias e comunidades;
39. Garantir o controle interno da polícia judiciária, produzindo dados para orientar as políticas de redução da letalidade policial.

11. POLÍTICA DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

O uso de substâncias psicoativas é característico da humanidade em todas as formas de organizações societárias conhecidas até hoje, alterando-se a forma e contexto cultural e social de tal uso. A alternativa de criminalizar o uso de determinadas substâncias é um modelo ineficiente de lidar com o uso problemático de substâncias psicoativas, tendo em vista que a criminalização gera uma moralização do debate social e encarceramento em massa, principalmente da juventude negra trabalhadora.

No estado de Pernambuco a Política sobre Drogas é executada pela Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência às Drogas (SPVD) que executa suas funções com mais da metade do seu quadro de funcionários de cargos comissionados e seleções simplificadas.

O carro chefe da política de drogas no estado é o Programa ATITUDE, que conta com quatro núcleos, três na Região metropolitana do Recife e um no Agreste que é implementado através de organizações da sociedade civil sem controle social já que, no ano 2022 a secretaria planejou investir R\$1.000,00 (mil reais) nas ações de controle social.

O PSB durante sua gestão inseriu as Comunidades Terapêuticas na rede de atenção psicossocial do estado, fazendo assim com que estes equipamentos conhecidos por suas práticas violadoras dos direitos humanos recebam investimentos estatais.

A relação estabelecida com o uso de substâncias psicoativas não deve ser pautada como crime, tampouco resumir o sujeito a relação problemática ou não que o mesmo realiza com o uso de substâncias. O álcool continua sendo a droga mais consumida no Brasil, a que mais onera o Sistema Público de Saúde sendo socialmente aceita e introduzida em média aos 13 anos na vida dos brasileiros e brasileiras.

Propostas:

1. Defender a descriminalização das drogas;
2. Criar de Centros de Convivência Regionalizados;
3. Formalizar através de lei o PROGRAMA ATITUDE, fazendo assim com que sendo uma política pública, seja executado pelo estado e gerido pelo controle social;
4. Defender a Redução de Danos como eixo prioritário da política de drogas no estado;
5. Realizar concursos públicos com implementação de planos de cargos e carreiras para profissionais que atuem na política de álcool e outras drogas, tais quais psicólogos(as), assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, educadores(as) sociais e redutores(as) de danos.

12. COMBATER O RACISMO: EM DEFESA DOS POVOS QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O extermínio de inúmeras nações indígenas ao longo dos últimos cinco séculos, juntamente com a escravização dos povos africanos e a implacável perseguição aos ciganos, constitui uma das páginas mais vergonhosas da história do Brasil, especialmente no nordeste, onde teve início a colonização propriamente dita.

A questão etnico-racial se configura, assim, como elemento estruturante do capitalismo brasileiro. O racismo atravessa o cotidiano da população, expressado através das discriminações e preconceitos, não sendo possível acabar com o racismo sem acabar com o capitalismo.

Pernambuco é um estado com grande diversidade étnica. É o quarto estado do Brasil em população indígena, distribuídos em 10 diferentes nações. Possui aproximadamente, de acordo com a Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco — CEACQ, 196 territórios quilombolas, somando mais de 500 comunidades e uma população aproximada de 250 mil quilombolas. Apesar disso, o Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco — ITERPE, não possui investimento próprio, o que trava o processo de regularização quilombola. Em 16 anos o PSB demarcou apenas um território quilombola no estado.

Apesar da heróica resistência desses povos em lutar pelo direito às suas terras ancestrais e preservar seus costumes, tradições e ritos, são, ainda hoje, vítimas de perseguições e preconceitos. Em 2010, com a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial a ação do estado passou a ser norteadas pelas diretrizes presentes neste documento, entretanto sem estabelecer financiamento para tal execução, ficando ao cargo dos estados avançarem ou não na atuação voltada ao combate das expressões do racismo na sociedade. Pernambuco nesses 12 anos não possui estatuto estadual de promoção da igualdade racial.

Os crimes de racismo religioso crescem e, mesmo subnotificados, chegam a 10% dos casos de violência no estado, não existindo nenhuma proposta coordenada de combate a estes casos

de violência. A defesa da liberdade religiosa é uma luta histórica dos comunistas e em Pernambuco, não será diferente.

Em relação aos povos étnica e culturalmente diferenciados do estado de Pernambuco, propomos:

Propostas:

1. Criar o Estatuto Estadual de Igualdade Racial;
2. Criar uma secretaria estadual que fique responsável pela implantação imediata de políticas sociais dignas e diferenciadas às comunidades indígenas, quilombolas e ciganas no que diz respeito à educação, saúde, meio ambiente, produção artesanal, entre outras;
3. Criar uma legislação para as Cotas Raciais em concursos públicos no estado;
4. Criar uma política de valorização da cultura e da identidade dos diversos grupos étnicos;
5. Pressionar o governo federal a concluir, em tempo determinado, os processos de Demarcação / Homologação de todos os territórios indígenas;
6. Demarcar e regularizar os territórios quilombolas no estado;
7. Fortalecer e ampliar a política de saúde e educação nos quilombos e comunidades indígenas do estado, assim como seu atendimento estendido aos indígenas em contexto urbano/desaldeado;
8. Ampliar as ações do ITERPE com vias a demarcação de territórios no estado;
9. Incentivar as organizações sociais no apoio à luta desses povos pelos seus direitos, com prioridade para as questões de demarcação de suas terras e controle dos recursos naturais;
10. Estimular a formação de organizações políticas próprias desses povos, rechaçando as interferências externas de instituições que comumente tentam introduzir representações de suas preferências e que não coincidem com as autoridades tradicionais;
11. Promover, em parceria com os municípios, a substituição de nomes de espaços públicos (parques, ruas, avenidas) que remetem a torturadores e escravocratas por nomes de quilombolas, indígenas, abolicionistas e revolucionários(as) da história. Combate a qualquer naturalização ou revisionismo em relação aos algozes da classe trabalhadora;
12. Combater a invasão das missões religiosas fundamentalistas dentro dos territórios indígenas, assim como a conversão religiosa forçada.
13. **COMBATER O PATRIARCADO E SUPERAR AS DESIGUALDADES DE GÊNERO**

Embora haja alguns avanços na política destinados à superação das desigualdades nas últimas décadas, resultado das lutas e reivindicações populares, as mulheres continuam sendo

as principais vítimas de assédio moral no trabalho. Submetidas muitas vezes à tripla jornada de trabalho, ocupam os empregos mais precarizados e menos remunerados, especialmente as negras. O Dossiê Mulheres Negras do IPEA/2014 aponta que o salário médio da mulher negra com emprego formal é menos da metade do salário do homem branco.

No Brasil há mais de 8 milhões de trabalhadoras domésticas, mas apenas dois milhões possuem carteira assinada. Também persiste um inaceitável preconceito contra as mulheres negras no trabalho doméstico, onde chegam a receber metade dos salários das mulheres não negras.

O índice de violência contra as mulheres em Pernambuco é um dos mais altos do país. No ano passado 1 em cada 4 mulheres brasileiras (24,4%) acima de 16 anos afirmou ter sofrido algum tipo de violência ou agressão, cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano. Em torno de 33,0% das mulheres perderam o emprego e 48,0% afirmam que a renda da família diminuiu.

Mulheres reportaram níveis mais altos de estresse em casa em função da pandemia (50,9% em comparação com 37,2% dos homens) . Mulheres que sofreram violência relatam níveis ainda maiores de stress (68,2%) . Em média 4,3 milhões de mulheres (6,3%) foram agredidas fisicamente com tapas, socos ou chutes. Em relação ao perfil racial, mulheres pretas experimentaram níveis mais elevados de violência (28,3%) do que as pardas (24,6%) e as brancas (23,5%). 72,8% dos autores das violências sofridas são conhecidos das mulheres, com destaque para os cônjuges/companheiros/namorados (25,4%), ex-cônjuges/excompanheiros/ex-namorados (18,1%); pais/mães (11,2%), padrastos e madrastas (4,9%), e filhos e filhas (4,4%). 48,8% ocorreu dentro de casa

Apenas no ano passado mais de 40 mil mulheres pernambucanas sofreram violência doméstica e familiar no estado, entretanto a Secretária da Mulher permanece com a mesma projeção orçamentária que tinha em 2011, contando com um quadro de funcionários com nenhum servidor estatutário. A rede de acolhimento para mulheres vítimas de violência conta com apenas quatro casas de abrigo.

O programa da Saúde da Mulher se resume, no geral, apenas às questões reprodutivas (pré-natal), sendo escamoteado a diversidade das mulheres lésbicas, bissexuais e trans e travestis, assim como da população transmasculina que continuam enfrentando violências institucionais quando acessam os serviços de saúde.

A Lei Maria da Penha representou um grande avanço, mas ainda está longe o dever do estado de fazer cumprir, na prática, o que diz tal lei, a começar pela escassez dos abrigos destinados a proteger as mulheres ameaçadas pelos ex-parceiros. Nossas principais propostas para esta importante questão social são:

Propostas:

1. Criar Fundo Público de financiamento para os equipamentos de combate à LGBTfobia no estado, a exemplo do Centro Estadual de Combate a Homofobia;
2. Criar e ampliar os Centro de referência e Casas de Acolhimento LBGT do litoral ao sertão;
3. Garantir um plano estadual de ensino de educação sexual e reprodutiva nas escolas, com planejamento e execução por bairros;
4. Garantir a Reforma Urbana e Agrária;
5. Fiscalizar a implementação da política que prevê a obrigatoriedade de salário igual para trabalho igual independente de gênero;
6. Dar apoio logístico e buscar formas de incentivos às organizações de atuação política de mulheres;
7. Promover ampla discussão com a sociedade para instituir ações concretas para por fim à discriminação de gênero;
8. Socializar o trabalho doméstico e promover a universalização do direito a creche de qualidade, além de criar uma rede de lavanderias públicas a baixo custo e de uma rede de restaurantes populares;
9. Aumentar a Rede de acolhimento para mulheres vítimas de violência;
10. Aumentar os Centros de Referência da Mulher, regionalizados em todo o estado que devem ter seus representantes escolhidos pela comunidade e não pelo governo;
11. Implantar políticas públicas voltadas para o parto humanizado;
12. Ampliar a rede de hormonioterapia do estado.

14. DEFENDER A INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE

O século XX revelou para a sociedade a organização política e social dos jovens, mostrando a importância e o potencial desse segmento na transformação da realidade.

Com o passar dos anos e as necessidades crescentes da juventude, à qual não tinha como pautar as suas demandas específicas, começou a se organizar um processo de construção da sua identidade social e política, em busca de uma melhor compreensão do que era ser jovem e como reivindicar direitos gerais como educação, saúde, segurança, capacitação profissional, entre outros.

Cabe ressaltar que, na atualidade, o termo juventude não deve ser aprisionado num conceito fechado. Talvez o mais correto fosse utilizar o termo “juventudes”, compreendendo a pluralidade de sujeitos e as suas demandas específicas e diferenciadas existentes nesse heterogêneo segmento da população.

Na atual conjuntura do estado de Pernambuco, marcada pela fantasia do crescimento econômico e da máquina ilusória de propaganda populista do governo, as juventudes passam despercebidas e a maioria de suas demandas não são levadas em conta. Tal descaso resulta no abandono em que a maioria dos jovens do estado se encontra, vitimados pelos altos índices de

violência e extermínio, principalmente contra a juventude negra, pela falta de investimento na formação técnica/profissional, gerando a exclusão do trabalho qualificado, o que os empurra para o trabalho precarizado oriundo das terceirizações, sem contar com a baixa qualidade do ensino oferecido pelo estado, o que interfere sobremaneira na acessibilidade ao ensino superior. São propostas para crianças, adolescências e juventudes:

Propostas:

1. Fortalecer os conselhos paritários de juventude;
2. Implantar políticas públicas específicas para a juventude do campo;
3. Lutar pelo fim da violência contra a juventude e contra a redução da maioridade penal;
4. Criar um programa de apoio ao desenvolvimento infantil no Estado, de forma a articular os diferentes níveis de complexidade do SUS, ampliar os serviços e dar assistência às crianças com equipes multiprofissionais e infraestrutura necessária;
5. Garantir acompanhamento pedagógico na rede de ensino para todas as crianças com deficiência, assegurando a presença de profissionais como auxiliares do desenvolvimento infantil e agentes de apoio ao desenvolvimento escolar especial (ADDE e ADI), além de outros(as) profissionais que atuem com atendimento profissional especializado;
6. Garantir que todos os municípios de Pernambuco tenham espaços de promoção da saúde infantojuvenil com creches, berçários, pré escolas e brinquedotecas espalhadas de forma a construir um mapa do brincar garantindo cobertura em todo estado;
7. Construir brinquedotecas públicas para promover a saúde infantil através do brincar e do estímulo a arte e a cultura;
8. Estruturar ações voltadas à promoção do desenvolvimento infantil na Atenção Básica a partir do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
9. Garantir a alimentação e nutrição de crianças na primeira infância com o fortalecimento do PNAE e da agricultura familiar;
10. Valorizar a cultura popular e a diversidade cultural de cada território, de forma a manter viva as tradições e os modos de vida das comunidades mantendo o elo entre as diferentes gerações;
11. Combater o trabalho infantil através da atuação em diversas frentes, como: luta contra o desemprego no estado, fomento à universalização do ensino infantil público e de qualidade e promoção da responsabilização jurídica e social das empresas onde se comprove a ocorrência de trabalho infantil nas suas cadeias produtivas;
12. Lutar pela erradicação da violência sexual contra crianças e adolescentes, pelo fim da exploração sexual e turismo sexual no campo e nas cidades;
13. Fortalecer estratégias de permanência da juventude no campo através de trabalho, renda e acesso a políticas públicas;
14. Impedir a superlotação das unidades socioeducativas e garantir a convivência familiar e comunitária de adolescentes e jovens em privação e restrição de liberdade;

15. Assegurar o direito à vida, à liberdade e o acesso a serviços e políticas públicas a adolescentes e jovens que sofrem ameaças de morte, durante o cumprimento da medida socioeducativa ou no momento posterior;
16. Garantir que o período de internação provisória de adolescentes e jovens a quem se atribui a prática de atos infracionais obedeça aos princípios da excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
17. ampliar as oportunidades para desenvolvimento educacional de adolescentes em atendimento socioeducativo, a partir dos seus interesses e qualificar e tornar seguro seu ingresso no mercado de trabalho;
18. Superar as desigualdades e violência de gênero impostas a meninas cisgênero e transgênero, a quem se atribui a prática de atos infracionais, além de garantir sua liberdade e autodeterminação de gênero e sexualidade;
19. Garantir que a atuação dos profissionais no sistema socioeducativo seja baseada em práticas pedagógicas, cuidadores e ressocializadoras, sem qualquer vinculação com a segurança pública;
20. Garantir apoio e acesso a políticas públicas para adolescentes e jovens nos momentos posteriores ao cumprimento de medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade;
21. Aumentar os recursos destinados à política estadual de atendimento socioeducativo, utilizando as fontes previstas na legislação.

15. SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

A luta pela paz mundial, a solidariedade internacionalista e a defesa do direito dos povos à autodeterminação sempre estiveram presentes no ideário e nas ações dos comunistas. Em um mundo cada vez mais interdependente, a conquista da paz e a libertação dos povos de quaisquer formas de opressão é, antes de tudo, uma exigência da realidade mundial contemporânea.

O princípio da autodeterminação significa garantir a qualquer povo, o direito de determinar, quando e como deseja, o seu estatuto político e o seu próprio caminho para o desenvolvimento econômico, social e cultural, sem pressões e ingerências externas.

Integração e autodeterminação não podem ser vistos como processos excludentes. Antes pelo contrário. Assegurar o direito dos povos de escolherem livremente os seus próprios destinos é a principal garantia que tem a humanidade para vislumbrar um futuro de paz, desenvolvimento sustentável e integração.

Pernambuco teve, ao longo de sua história, uma honrosa tradição de solidariedade internacionalista que precisa ser resgatada nos tempos atuais.

Propostas:

1. Desenvolver intenso intercâmbio cultural e informativo com os diversos países e povos do mundo, especialmente com os países socialistas e latinoamericano;
2. Contribuir de forma institucional para a paz, abaixo as invasões imperialistas!
3. Apoiar e incentivar a formação de entidades de solidariedade internacional;
4. Promover ações de solidariedade aos países vítimas de agressões imperialistas, como Cuba, Palestina, Venezuela, e Bolívia, Coreia Popular, Iêmen, entre outros;
5. Apoiar e desenvolver ações de solidariedade aos povos que lutam pelo seu inalienável direito à autodeterminação, a libertação nacional e a independência como os povos da Palestina, Curdistão, Saara, País Basco, Córsega, Quebec, Porto Rico, Luhansk e Donetsk, entre outros;
6. Incentivar a abertura de novos Consulados no estado;
7. Criar a Casa das Nações, espaço público para divulgação da história, costumes e tradições dos diferentes povos e nações do mundo, contendo permanentes programações culturais e formativas envolvendo prioritariamente a população imigrante no estado.

16. PROGRAMA LGBTQ+

O patriarcado é um dos braços de dominação que atravessa a vida das mulheres e população LGBTQIA+, gerando impactos físicos e mentalmente, sendo uma marca do projeto da burguesia hierarquizar as relações estabelecidas com estas populações com objetivo de exponenciar a exploração destas.

Um dos discursos após a vitória da chapa Bolsonaro-Mourão na última eleição presidencial foi finalizado com *“uma nova era se inicia no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”*, fala proferida pela nova ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. Este governo foi seguido de 3 anos de intensas retiradas de direitos e, consequentemente, de um acirramento da vida e sobrevivência de setores sociais de nosso país, em especial da população LGBTQ+. Porém, apesar de ter sido acentuado no governo Bolsonaro, este processo não tem origem nele.

A população LGBTQ+ sofreu diversos tipos de opressões em distintos momentos históricos, e igualmente passou por variados momentos de organização e desorganização em combate a esses ataques. Apesar da Estratégia Democrático Popular (EDP) visar inicialmente a defesa do socialismo, buscou uma democracia burguesa, abandonando o horizonte revolucionário e se aliando a setores como o empresariado nacional e o latifúndio, que tinham seus próprios

interesses de classe contrários à classe trabalhadora, desestruturando diversos movimentos sociais.

Este caminho trouxe consequências para as condições de vida da população LGBT que se expressam nos dados e nas escolhas políticas que vêm sendo realizadas pelas últimas gestões públicas. Um exemplo claro para ilustração é a situação do Centro Estadual de Combate à Homofobia, criado em 2011 no governo Eduardo Campos, e que encontra-se hoje sem orçamento algum desde 2019, quando receberam meros R\$21.358, e nem um real sequer em 2018.²

A tipificação da LGBTfobia enquanto crime, porém somente via inclusão provisória na Lei nº 7.716/1989 (“Lei do Racismo”), não impactou os índices de violência. Ao contrário, com a ascensão do facismo e do neoliberalismo, os índices de violência contra as LGBTs se intensificaram.

Em 2020, Pernambuco foi o estado recordista no Brasil em registros de crimes contra as LGBTs, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Em julho de 2021, foram registradas em cerca de 20 dias quatro mortes e cinco tentativas de transfeminicídio no estado, ocorridas tanto na capital Recife quanto em cidades do interior³.

Cerca de 90% das pessoas trans e travestis brasileiras estão em situação de prostituição, principalmente pela impossibilidade do trabalho formal, sendo esta a única via de geração de renda e sociabilidade para esta população, sendo os índices de prostituição e exploração sexual entre LGBTs são questões urgentes de segurança e saúde pública!

O índice de violência contra as mulheres em Pernambuco é um dos mais altos do país. A Lei Maria da Penha representou um grande avanço, mas ainda está longe o dever do estado de fazer cumprir, na prática, o que diz tal lei, a começar pela escassez dos abrigos destinados a proteger as mulheres ameaçadas pelos ex-parceiros.

²<https://marcozero.org/falta-dde-recursos-para-politicas-lgbtqia-expoe-precariedade-da-rede-em-pernambuco/>

³

<https://www.brasildefato.com.br/2021/07/26/pernambuco-tem-o-maior-numero-de-crimes-violentos-contra-populacao-lgbtqia-do-brasil>

No ano passado 1 em cada 4 mulheres brasileiras (24,4%) acima de 16 anos afirmou ter sofrido algum tipo de violência ou agressão, cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano. Em torno de 33,0% das mulheres perderam o emprego e 48,0% afirmam que a renda da família diminuiu.

Mulheres reportaram níveis mais altos de estresse em casa em função da pandemia (50,9% em comparação com 37,2% dos homens). Mulheres que sofreram violência relatam níveis ainda maiores de stress (68,2%) . Em média 4,3 milhões de mulheres (6,3%) foram agredidas fisicamente com tapas, socos ou chutes. Em relação ao perfil racial, mulheres pretas experimentaram níveis mais elevados de violência (28,3%) do que as pardas (24,6%) e as brancas (23,5%). 72,8% dos autores das violências sofridas são conhecidos das mulheres, com destaque para os cônjuges/companheiros/namorados (25,4%), ex-cônjuges/excompanheiros/ex-namorados (18,1%); pais/mães (11,2%), padrastos e madrastas (4,9%), e filhos e filhas (4,4%). 48,8% ocorreu dentro de casa

Apenas no ano passado mais de 40 mil mulheres pernambucanas sofreram violência doméstica e familiar no estado, entretanto a Secretária da Mulher permanece com a mesma projeção orçamentária que tinha em 2011, contando com um quadro de funcionários com nenhum servidor estatutário. A rede de acolhimento para mulheres vítimas de violência conta com apenas quatro casas de abrigo.

Segundo pesquisa⁴ realizada em 2021, por Vote LGBT+, no Brasil 6 a cada 10 pessoas LGBT+ tiveram diminuição ou ficaram sem renda devido a pandemia; e 59,47% dos desempregados LGBT+ estavam sem trabalho há 1 ano ou mais, quase dobrando em relação a 2020. Esses dados alarmantes se dão num contexto de violências institucionais e em diversos locais de trabalho, como mostra a pesquisa⁵ Demitindo Preconceitos da empresa Santo Caos , onde 40% das pessoas LGBT+ entrevistadas sofreram discriminação no trabalho por sua orientação sexual.

Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, as mulheres continuam sendo as principais vítimas de assédio moral no trabalho. Submetidas muitas vezes à tripla jornada de

⁴ [Vote LGBT+ estudo](#)

⁵ [Santo Caos](#)

trabalho, ocupam os empregos mais precarizados e menos remunerados, especialmente as negras. O Dossiê Mulheres Negras do IPEA/2014 aponta que o salário médio da mulher negra com emprego formal é menos da metade do salário do homem branco.

No Brasil há mais de 8 milhões de trabalhadoras domésticas, mas apenas dois milhões possuem carteira assinada. Também persiste um inaceitável preconceito contra as mulheres negras no trabalho doméstico, onde chegam a receber metade dos salários das mulheres não negras.

No campo da saúde, a precarização do SUS a nível nacional e estadual têm impactado nas políticas e centros de atendimento voltados a esta população. Em Pernambuco, tais espaços se encontram gravemente precarizados e limitados em sua maioria à Região Metropolitana do Recife, deixando sem apoio a maior parte dos pernambucanos que vivem fora da RMR. Essa falta de assistência tem causado sérios problemas de saúde à população, especialmente na população trans e travesti que muitas vezes recorrem a métodos prejudiciais de tratamento, tal como a automedicação com hormônios e a aplicação de silicone industrial.

O programa da Saúde da Mulher se resume, no geral, apenas às questões reprodutivas (pré-natal), sendo escamoteado a diversidade das mulheres lésbicas, bissexuais e trans e travestis, assim como da população transmasculina que continuam enfrentando violências institucionais quando acessam os serviços de saúde.

Já na educação, constatamos que as instituições de ensino, em especial escolas e universidades, funcionam como um local em que são reproduzidos os valores adequados à manutenção do modo de produção, isto é, do capitalismo. Os abusos sexuais, os constrangimentos em relação ao uso do espaço educacional (por exemplo, banheiros), as falas homofóbicas e a proibição de debates em relação à sexualidade e ao gênero, são expressão disso.

Mesmo com todas as conquistas que os movimentos LGBTQ+ realizaram até aqui, como a garantia do direito ao uso do nome social, a estrutura se mantém: 82% da população trans e travesti abandona os estudos ainda na educação básica, aproximadamente 0,1% dos

estudantes da educação superior são trans⁶, e a violência contra homossexuais e bissexuais continuam causando problemas de saúde mental e evasão escolar.

Além disso, ao mesmo tempo que Pernambuco atingia a maior quantidade de casos de agressão contra LGBTs em 2020, o orçamento de aproximadamente R\$302.500,00 planejado pelo governo de Paulo Câmara não foi desembolsado e a verba de R\$600.000,00 destinada ao “fortalecimento da política educacional em direitos humanos, diversidade e cidadania” sofreu um corte de 100%.

Essas questões afetam todas as áreas da vida da pessoa LGBT, prejudicando sua saúde mental, suas condições de trabalho, sua segurança, entre outros. Por isso, é inaceitável que as políticas de educação ignorem a existência e as necessidades dessa parcela da população trabalhadora.

Atualmente, o movimento LGBTQ+ enfrenta dificuldades que não podem ser mencionadas sem analisar, de maneira materialista e dialética, o contexto histórico do crescimento do movimento no Brasil. Há alguns anos a Parada da Diversidade recebe patrocínio de empresas como a Uber e a Burger King e de países como Israel, cobrando taxas abusivas para organizações que desejam participar, minando o caráter político do evento. Apesar de as bases dos movimentos LGBTQ+ pertencerem à classe trabalhadora, é o estado burguês, dominado pelos interesses da classe dominante, que escolhe como acontece a Parada, dando o poder de decisão para o grande capital que coopta o movimento enquanto a população LGBTQ se encontra na linha de frente da exploração e precarização.

Assim se amplia o fenômeno contraditório do identitarismo: enxerga-se como conquistas acontecimentos que apenas reforçam a opressão e o aprisionamento da nossa classe, como o surgimento de um novo bilionário que é LGBTQ, ou a vitória eleitoral de uma pessoa LGBTQ que possui um programa político e econômico que massacra centenas dos nossos todos os anos.

O identitarismo se caracteriza por um individualismo extremo que considera mais importante o reconhecimento do que se é como indivíduo do que a construção de uma luta coletiva e anticapitalista. Por um lado, oportunistas transformam o identitarismo em um espantalho e

⁶ No ensino superior, o espelho da exclusão de pessoas trans | Especial Focas Estadão (estadao.com.br)

encontram nele a oportunidade de mostrar sua LGBTfobia, utilizando-se desse espantalho para menosprezar a luta por direitos e melhorias de condição de vida dessa população. Entretanto, tais análises não são capazes de fazer uma crítica que toque no cerne da questão relacionada ao identitarismo, que, embora seja uma tendência real, jamais poderia ser traduzido na justa luta contra as opressões. Não se deve permitir que o combate que os movimentos sociais travam contra o racismo, a LGBTfobia, o machismo e outras formas de opressão seja menosprezado.

Nós, marxistas-leninistas, defendemos que a humanização se dá pela participação na coletividade e na luta coletiva, a qual deve sempre lembrar-se de enfrentar a estrutura de produção pela qual os trabalhadores são explorados e alienados do fruto do seu trabalho. A violência LGBTfóbica não encontrará seu fim dentro do capitalismo, pois as bases históricas da opressão LGBT foram apropriadas por ele - enquanto sistema econômico e cultural-, e que este por sua vez, incorporou a LGBTfobia, o patriarcado e o racismo enquanto estruturas fundamentais para sua manutenção e perpetuação.

Ao passo que o liberalismo concede espaços de alguma representatividade, da possibilidade de luta e conquista de alguns direitos e da constituição individual e coletiva de múltiplas identidades sexuais e de gênero, os limites da “liberdade” são impostos e as conquistas são frágeis. Em momentos de acirramento das lutas de classes, a burguesia apela para as táticas de opressão mais conservadoras e violentas contra a classe trabalhadora e os direitos outrora conquistados.

Enquanto LGBTs, a defesa e a construção do poder popular significa a defesa por nossas vidas e a construção desde já do caminho para um mundo novo. Nossa organização política visando a luta imediata - por políticas públicas de acesso a direitos e melhorias possíveis da condição de vida - se inicia desde já, como semente do poder popular, mas sempre com o horizonte socialista.

Para isso, precisamos superar os vícios da institucionalidade burguesa presente em certos grupos políticos LGBTs que, alienados pela forma de fazer política delimitada pela ideologia dominante, as reproduzem e são subjugados pelas imposições das gestões de governos comandadas por partidos da classe dominante e que têm demonstrado abertamente seu desinteresse com nossas pautas imediatas. Precisamos (re)construir um movimento LGBT

com autonomia e independência de classe, que fale por si e que seja verdadeiramente protagonista na formulação das soluções para as nossas demandas atuais. Não obstante, acreditamos que a construção do Poder Popular também passa pela conquista do poder político na administração pública estadual e no parlamento. Mesmo considerando suas limitações, experiências têm demonstrado avanços para a população LGBT em situação de governo onde se realizam verdadeiras democracias diretas e mecanismos reais de participação popular.

Criar Poder Popular significa invariavelmente elevar as condições de vida da população LGBT. E temos todas as condições para ir além disso, destacando efetivamente as proletárias LGBTs na construção do Poder Popular e do socialismo no Brasil, para garantir que suas demandas particulares sejam devidamente atendidas e a LGBTfobia superada. Convocamos todos os movimentos, coletivos e organizações LGBTs à compor junto ao PCB um bloco político contra-hegemônico independente e autônomo que busque superar as debilidades históricas dos movimentos políticos LGBTs e da tradição comunista quanto às questões de gênero e sexualidade a fim de avançarmos nas lutas imediatas que se fazem urgentes e construir um novo Brasil, com o povo livre de opressões e da LGBTfobia!

Propostas

1. Criar casa de atenção integral a travestis e pessoas trans, com espaços formativos para empregabilidade, seguindo modelo da carta-proposta da Rede Autônoma de Pessoas Trans e Travestis de Pernambuco (RATTS);
2. Prestar assistência financeira por tempo de atividade dentro da casa de atenção integral a travestis e pessoas trans;
3. Aprovar lei de cota de trabalho trans e travesti no setor público;
4. Utilizar a casa de atenção para a realização de denúncias de transfobia e violência que ocorrem no trabalho sexual de travestis e mulheres trans, sendo feita a devida apuração dos casos para garantir a segurança dessas mulheres;
5. Promover campanha de conscientização social para o respeito às pessoas Trans e travestis com divulgação em diversos veículos de comunicação, incluindo nos ambientes de trabalho com o estímulo à denúncia de crimes de transfobia e transfeminicídio;
6. Ampliar programas de saúde LGBT do SUS para aumentar seu alcance além da RMR, criando novos ambulatorios LGBT em cidades do interior e expandindo suas capacidades, especialmente no âmbito de acolhimento e atendimento psicológico;

7. Criar conselho popular LGBT dentro da Secretaria de Saúde, composto pela própria população LGBT, de tal forma que garanta a criação e implementação de políticas de saúde para este público;
8. Criar novas campanhas de educação sexual que dialoguem com a sociedade, educando sobre pautas LGBT e fazendo combate direto à LGBTfobia;
9. Promover a prevenção e promoção à saúde para pessoas trans e travestis que se encontram na prostituição, visando a saúde integral, incluindo a prevenção à Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs);
10. Capacitar de todos os funcionários da rede pública de saúde no atendimento de pessoas LGBT;
11. Promover maior cobertura de procedimentos cirúrgicos para pessoas trans e travestis na rede pública, tais como mastectomia, cirurgia de redesignação sexual, implante de silicone, etc;
12. Fortalecer o papel da equipe psicopedagógica em articulação com equipes multiprofissionais na Atenção Básica (NASF) nas instituições de ensino básico para cuidado, suporte, acolhimento e acompanhamento das pessoas LGBTs;
13. Criar Programa para promoção de direitos e cidadania para LGBTs estadual e reorganização do Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT;
14. Criar conselho popular setorial LGBT, estabelecendo o Conselho popular setorial lgbt como responsável pelo direcionamento e fiscalização orçamentária das políticas de segurança pública, além de garantir a participação do CPS LGBT na formulação das políticas de Segurança Pública;
15. Viabilizar geração de estatísticas de violências lgbtfóbicas;
16. Incluir especificamente a LGBTfobia no trabalho investigativo da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara;
17. Criar programa especial de atenção psicossocial às pessoas LGBTs em situação de prostituição, ligado aos equipamentos da rede já existentes para promoção de cidadania, para cuidado à saúde e à educação, e para inserção no mercado de trabalho formal;
18. Formar agentes de segurança sobre combate às discriminações e aos direitos da população LGBT;
19. Estabelecer protocolos para acolhimento e condução dos casos a vítimas de LGBTfobia.